



ANA CAROLINA DE OLIVEIRA ASSIS

**AMAZÔNIA AZUL: O PATRIMÔNIO DA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NO  
MAR?**

João Pessoa

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA ASSIS

**AMAZÔNIA AZUL: O PATRIMÔNIO DA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NO  
MAR?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para a conclusão do  
Curso de Graduação em Relações  
Internacionais da Universidade Federal da  
Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JR.

João Pessoa

2016

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

A848a    Assis, Ana Carolina de Oliveira.  
          Amazônia azul: o patrimônio da geopolítica brasileira no mar? /  
          Ana Carolina de Oliveira Assis. – João Pessoa, 2016.  
          63f. :il.

          Orientador: Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Jr.  
          Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações  
          Internacionais) – UFPB/CCSA.

          1. Amazônia azul. 2. Geopolítica brasileira. 3. Geopolítica  
          marítima. 4. Relações internacionais. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 911.3:32(81)(043.2)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 10,0, o Trabalho de  
Conclusão de Curso

"Amazônia Azul: O Patrimônio da Geopolítica no Mar?"

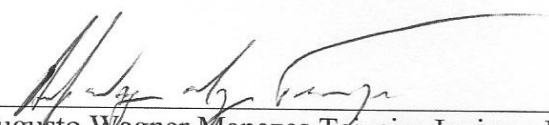
Elaborado por

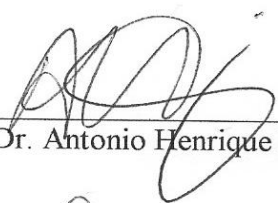
Ana Carolina de Oliveira Assis

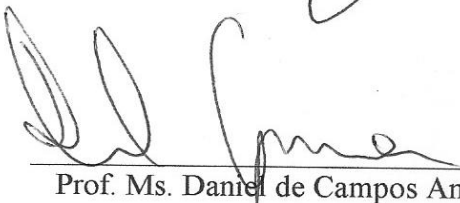
Como requisito parcial para a obtenção do grau de

**Bacharel em Relações Internacionais.**

COMISSÃO EXAMINADORA

  
Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Junior – UFPB (Orientador)

  
Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena Silva – FADIC

  
Prof. Ms. Daniel de Campos Antiquera - UFPB

João Pessoa, 22 de junho de 2016.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer aos meus pais e toda família pelo apoio ao longo da vida e do curso. Toda a educação e confiança que me deram foi o combustível que me fez chegar até aqui. Ao meu orientador, Augusto Teixeira, por todo o suporte ao longo destes últimos anos. Sua amizade e exemplo de pessoa me fizeram evoluir não só academicamente, mas como ser humano. Agradeço também aos meus amigos, acadêmicos e/ou boêmios, por todo apoio logístico e moral ao longo do curso de Relações Internacionais e na última etapa, com a Monografia.

## **RESUMO**

O objetivo desta monografia é analisar a relação demonstrada por Ribeiro (2012) entre o enfoque atual do Brasil para a defesa do Atlântico Sul e o pensamento geopolítico brasileiro sobre o mar. Segundo o autor, a abordagem estratégica sobre o Atlântico Sul como região importante para os interesses do Brasil relaciona-se com os estudos anteriores de intelectuais importantes do país, especificamente dos geopolíticos. Por tanto, busca-se situar os subsídios teóricos da Política de Defesa Nacional para o Mar, através da análise do conceito estratégico de Amazônia Azul, na tradição Geopolítica brasileira voltada para a vertente marítima, com a análise das obras dos principais geopolíticos do século XX. O presente trabalho objetiva responder a seguinte pergunta de pesquisa: o conceito estratégico de "Amazônia Azul" demonstra-se em continuidade ou em ruptura com a vertente marítima do pensamento geopolítico brasileiro? A metodologia utilizada é de cunho qualitativo, bibliográfico e documental, baseada na literatura sobre o pensamento geopolítico brasileiro marítimo e documentos sobre o conceito estratégico de Amazônia Azul. Como conclusão, tem-se que o conceito estratégico de Amazônia Azul apresenta-se em continuidade com o pensamento geopolítico brasileiro, especificamente aproximando-se com os estudos de Meira Mattos nos anos 1970.

Palavras-chave: Amazônia Azul. Geopolítica Brasileira. Geopolítica Marítima.

## **ABSTRACT**

This monograph's objective is to analyze the link demonstrated by Ribeiro (2012) between the current focus of Brazil to defend the South Atlantic and the Brazilian geopolitical thought about the sea. According to the author, the South Atlantic' strategic as a important region to Brazil's interests is related to previous studies of this country's leading intellectuals, specifically geopolitical thinkers. Therefore, it seeks to situate the theoretical support of the Sea's National Defense Policy, through the review about the strategic concept of "Amazônia Azul", in the Brazilian Geopolitical tradition about the sea, with the analysis of the works of the main geopolitical thinkers in the twentieth century. This paper aims to answer the following research question: the strategic concept of "Amazônia Azul" shows continuity or rupture with the Brazilian maritime geopolitical thinking? The used methodology was qualitative, bibliographic and documentary nature, based on the literature about Brazilian geopolitical and documents about the strategic concept of "Amazônia Azul". In conclusion, the strategic concept of "Amazônia Azul" comes in continuity with the Brazilian geopolitical thinking, specifically regarding the studies of Meira Mattos in the 1970s.

**Key-Words:** Amazônia Azul. Brazilian Geopolitics. Maritime Geopolitics.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1. Geopolítica do Prata ao Atlântico Sul.....</b>	<b>5</b>
1.1. A Geopolítica e sua inspiração na Geografia Política .....	5
1.2. Mário Travassos e a Projeção Continental do Brasil: A Bacia do Prata .....	8
1.3. Golbery e a defesa do Atlântico Sul na Guerra Fria .....	12
<b>2. O Mar no Pensamento Geopolítico Militar e Civil nos anos 1970 .....</b>	<b>20</b>
2.1. Brasil Potência: o Atlântico no Contexto histórico e a Política Externa Brasileira .	20
2.2. O Mar no Pensamento Militar de Meira Mattos.....	24
2.3. Pensamento da geógrafa Therezinha de Castro: Antártida e Atlântico Sul.....	31
<b>3. Atlântico Sul e a Amazônia Azul.....</b>	<b>38</b>
3.1. O Atlântico Sul no Pós Guerra Fria: Impacto histórico-político .....	38
3.2. Geopolítica para o Atlântico Sul no Pós Guerra Fria .....	41
3.3. Amazônia Azul como conceito estratégico .....	47
<b>Conclusão .....</b>	<b>56</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>59</b>



## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1- Esforço Ferroviário Platino .....	9
Figura 2- Dois Antagonismos .....	10
Figura 3- O Território e a Circulação .....	15
Figura 4- A América do Sul e os Hemiclos Interior e Exterior.....	17
Figura 5- O Estreito do Atlântico e a Rota do Cabo .....	25
Figura 6- Tese da Triangulação Insular no Atlântico Sul .....	34
Figura 7 - Limites Impostos Pela CNUDM .....	49
Figura 8 - Caracterização da Amazônia Azul .....	50
Figura 9- Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) .....	53

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Previsão de conclusão dos projetos e valor global estimado .....	54
--	----

## Introdução

O presente trabalho propõe-se a estudar os subsídios teóricos da tradição geopolítica brasileira voltada para a vertente marítima na política de Defesa Nacional<sup>1</sup> para o mar. Através dos estudos de Ribeiro (2012), é demonstrada a presença do pensamento geopolítico brasileiro sobre o mar no enfoque atual do Brasil para a defesa do Atlântico Sul. Segundo o autor "a eleição do Atlântico Sul como região indispensável para os interesses do Brasil, sobretudo nos campos político e militar, é uma apologia de intelectuais importantes" (RIBEIRO, 2012, p.7).

Busca-se nesse trabalho analisar a relação anterior demonstrada por Ribeiro (2012) entre o enfoque atual do Brasil para a defesa marítima e o pensamento geopolítico nacional. Essa análise será realizada através de uma comparação entre a elaboração e operacionalização por parte da Marinha e Ministério da Defesa do conceito estratégico de "Amazônia Azul", e sua relação com as obras de geopolíticos brasileiros, operacionalizados em variáveis independentes de acordo com o pensamento marítimo de cada autor. A pesquisa destina-se a responder a seguinte pergunta: o conceito estratégico de "Amazônia Azul" demonstra-se em continuidade ou em ruptura com a vertente marítima do pensamento geopolítico brasileiro?

O termo "Amazônia Azul" foi criado em 2004 pelo Almirante Roberto de Guimarães Carvalho a fim de aproximar o valor econômico, político e estratégico da vertente oceânica do país em relação a continental, historicamente ligada às riquezas e a geopolítica do Norte do país, mais especificamente da Amazônia (GONÇALVES, 2014). No ano seguinte, o termo já aparecera na Política de Defesa Nacional (PDN) ao ressaltar a importância da vigilância e defesa do Atlântico Sul à respeito das linhas de comunicação marítimas e das riquezas materiais e imateriais nele presentes, como por exemplo fontes de energia e o potencial pesqueiro, os quais são fundamentais para o desenvolvimento do país (BRASIL, 2005).

---

<sup>1</sup> Para fins deste trabalho, entende-se por Defesa Nacional a definição oficial que ilustra a política do órgão estudado, a Marinha. Segundo tal conceito: "Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas" (BRASIL, 2012, p.15).

A origem da Amazônia Azul deriva da expansão das águas jurisdicionais brasileiras no contexto do Regime<sup>2</sup> internacional das águas. Historicamente, desde a primeira metade do século XX, a extensão do mar territorial configurou-se como tema de debate interno aos Estados e em Conferências Internacionais. Em 1948, os Estados Unidos proclamaram unilateralmente a extensão do seu mar territorial em 200 milhas náuticas<sup>3</sup>, o que em seguida encorajou países da América do Sul a agirem da mesma maneira (Equador, Peru e Chile). Essa ação em cadeia gerou por consequência o aumento do interesse pelo assunto à nível internacional traduzidos na criação das Reuniões ou Conferências sobre os Direitos do Mar (a partir de 1967). Até os anos 1960, o Brasil posicionou-se de acordo com a convenção de soberania limitada à plataforma continental, entretanto, a partir dessa década a posição do país mudou, avançando cada vez mais o debate sobre a ampliação do mar territorial brasileiro (CASTRO, 1999).

A convenção adotada pelo Brasil na década de 1960 sobre a extensão do seu mar territorial estipulava o limite de seis milhas náuticas, o que dobrou até o fim dessa década. Um fato relevante para a história do país foi a descoberta em 1968, no litoral do estado de Sergipe, de reservas de petróleo, denominada Campo Guaricema. Acreditava-se que havia também fontes desse material para além das 12 milhas náuticas, o que levou o país em 25 de março de 1970 a estender unilateralmente seu mar territorial para 200 milhas náuticas. Os Estados Unidos, Turquia e Israel tentaram anular ações unilaterais de extensão da plataforma continental, como a proferida pelo Brasil, na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em 1982, entretanto, foram barrados pelo voto de 131 países a favor de tal Convenção. Nessa Convenção foram firmadas as medidas jurídicas regulatórias dos espaços marítimos e oceânicos nas áreas de estratégia, científica, econômica e ecológica - posteriormente sendo ratificada em 1994 (CASTRO, 1999; MOURA, 2014).

No contexto do início do século XXI, a questão do direito do mar envolveu novamente a diplomacia e os esforços brasileiros. Em 2004, o Brasil propôs à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações Unidas (ONU) a extensão dos limites além da plataforma continental e da Zona Econômica exclusiva. De acordo com as reivindicações do Estado brasileiro, o novo espaço territorial do país é

---

<sup>2</sup> De acordo com a conceituação de Stephen Krasner (2012), por Regime entende-se o conjunto de normas, regras, princípios e procedimentos para tomada de decisões à respeito de determinada área-tema. Em um Regime, pressupõe-se também a convergência de expectativas dos atores envolvidos (KRASNER, 2012).

<sup>3</sup> Para conversão, 1 milha náutica é equivalente a 1852 metros.

constituído por 4,5 milhões de km<sup>2</sup>, o qual foi denominado pela Marinha como "Amazônia Azul" (COSTA, 2012).

Nesse contexto, a vocação marítima do Brasil ganhou impulso no discurso do Ministério da Defesa e na Marinha. Ao tratar-se do estabelecimento das águas jurisdicionais, do mapeamento das riquezas naturais, do interesse do governo Lula em estreitar relações de cooperação com um maior número de países da costa ocidental africana, e do conceito estratégico de Amazônia Azul para o mar territorial brasileiro, a literatura sobre a Defesa Nacional passou a dar um enfoque maior nas questões da geopolítica marítima brasileira (CAROLI, 2010; COELHO, 2010; GUERRA, 2010; BARBOSA, 2012; COSTA, 2012; PEREIRA; MIGON; SANTOS, 2012; GONÇALVES; CORBELLINI, 2014).

Historicamente, na geopolítica brasileira voltada para a vertente marítima do país várias temáticas foram abordadas por distintos autores. Os geopolíticos escolhidos nesse trabalho foram: Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos e Therezinha de Castro. Essa escolha foi feita devido à cronologia das obras dos autores, como também devido à relevância acadêmica de cada um deles. Em relação à cronologia, como tem-se o interesse de situar a relação entre o enfoque atual da Defesa marítima do país com o pensamento geopolítico anterior, buscaram-se autores que escreveram sobre a geopolítica marítima antes do estabelecimento do conceito de Amazônia Azul. E em relação à relevância acadêmica, tais autores foram escolhidos pois deles derivaram grande parte dos estudos posteriores, influenciando a mente de acadêmicos militares e civis (MATTOS, 2002; RIBEIRO, 2012).

A natureza do presente estudo é de cunho qualitativo, bibliográfico e documental, com base em pesquisas da literatura sobre o pensamento geopolítico brasileiro e documentos sobre o conceito estratégico de Amazônia Azul. A organização do trabalho é composta por três capítulos: no primeiro capítulo dar-se-á início à discussão da vertente marítima na Geopolítica brasileira a partir da Teoria de Poder Marítimo <sup>4</sup>e em seguida, dos estudos de Mario Travassos e Golbery do Couto e Silva, tratando das questões das Bacia hidrográficas no sub-continente e as questões de defesa do Atlântico Sul.

---

<sup>4</sup> Para fins deste trabalho, entende-se Teoria de Poder Marítimo como o produto dos estudos de Alfred Mahan no livro "The influence of Sea upon history" (1890).

O segundo capítulo continua a tratar dos estudos Geopolíticos brasileiros no que tange à vertente marítima do país, entretanto, em um contexto histórico distinto. O recorte temporal trata da Guerra Fria e o impacto da mesma no pensamento geopolítico sobre o oceano, através da análise das obras de Meira Mattos e Therezinha de Castro. O terceiro capítulo tratará do impacto histórico-político do pós- Guerra Fria nas análises sobre o Atlântico Sul, juntamente com a descrição da construção do conceito estratégico de Amazônia Azul para por fim, apontar-se os resultados da pesquisa.

A relevância do trabalho proposto deriva da necessidade de lançar luz sobre os subsídios teóricos da tradição geopolítica brasileira na qual o conceito de Amazônia Azul se filia, de forma a entender a origem e o desenvolvimento desta proposta estratégica. Segundo Ribeiro (2012) os estudos geopolíticos do país ajudam a informar as estratégias e políticas da nação. Portanto, busca-se verificar nesta pesquisa a hipótese do tipo descritiva da relação direta entre as recomendações e justificativas estratégicas utilizadas nos documentos oficiais para Amazônia Azul e o pensamento geopolítico anterior, ou se aquela definição apresentam-se como uma novidade conceitual à Geopolítica brasileira (GIL, 2002).

## **1. Geopolítica do Prata ao Atlântico Sul**

Esta seção está dividida em três tópicos. Na primeira parte do capítulo será discutido o surgimento e significado da disciplina de Geopolítica. Tratar-se-á da sua inspiração na Geografia Política e a origem dos estudos da vertente marítima na Geopolítica brasileira a partir da Teoria de Poder Marítimo de Alfred Mahan (1890). Na segunda seção serão abordados os estudos de Mario Travassos sobre os antagonismos entre os oceanos Atlântico e Pacífico, como também a importância das bacias hidrográficas para Geopolítica do Brasil. Por fim, tratar-se-á dos estudos de Golbery do Couto e Silva sobre a Teoria dos hemicírculos e as questões de defesa do Atlântico Sul no contexto inicial da Guerra Fria.

### **1.1. A Geopolítica e sua inspiração na Geografia Política**

O termo "Geopolítica" define um campo de estudo nas ciências geográficas, que surge no começo do século XX através dos escritos de Rudolf Kjéllen (1906). Segundo análises da literatura do autor sueco, a Geopolítica relaciona-se com o estudo sobre o Estado como organismo geográfico. Em suma, os estudos geopolíticos tratam, através das análises geográficas, das preocupações e estratégias político-militares do Estado para defesa dos interesses nacionais, como por exemplo: a defesa da soberania territorial, a expansão de seu espaço físico, disputas por ideologia ou disputas por poder com outros Estados (ANDRADE, 1993; CASTRO, 1999).

A ideia de Estado como organismo concebido em íntima relação com o espaço geográfico no que se insere não demonstrou-se como novidade a partir de Kjéllen, mas surgiu anteriormente através dos estudos da Geografia Política do autor Friederich Ratzel (1897). O autor alemão representou-se como um dos pioneiros da corrente determinista da

Geografia Política clássica, a qual afirmava que as atividades de organização de uma sociedade seriam determinadas pelo meio geográfico no qual estão inseridos. O autor Wanderley Messias da Costa (2008) afirma que Ratzel foi influenciado pelo contexto intelectual e político no qual estava inserido, o final do século XIX, e por tanto, apresentava conteúdo naturalista-evolucionista em seus artigos (COSTA, 2008).

O contexto intelectual no qual Ratzel estava inserido derivava de consequências diretas da situação política que envolviam seu país na virada para o século XX. Décadas após a histórica invasão de Napoleão, o contexto alemão era de fragmentação política e territorial da nação. Uma vez que o Estado estava enfraquecido e era detentor de poucas colônias além-mar - em relação aos outros impérios europeus - Ratzel, como também a maioria dos geógrafos e intelectuais alemães, preocupou-se em avaliar o papel do Estado no processo de fortalecimento do mesmo. Ao desenvolverem os estudos da questão nacional, os autores alemães, devido à histórica rivalidade com a França, buscavam distanciar-se da doutrina liberal dos iluministas franceses (Ibdem).

Uma das importantes contribuições de Ratzel à Geografia política e posteriormente à Geopolítica de Haushofer (1937) e Kjéllen, as quais influenciaram inúmeros outros geopolíticos, foi o desenvolvimento da ideia de "Espaço Vital" na relação Estado/território, inspirada nas ideias malthusianas. Segundo o autor, uma vez que o Estado apresentava-se como um "organismo", necessitava de uma expansão conforme aumentasse o contingente populacional, e por consequência as necessidades de subsistência. Tal questão apresenta-se como um dos principais pontos de fricção com a crítica seguinte ao pensamento do autor, principalmente no que tange à possibilidade de adaptação e a forma social do Estado apresentada por Camille Vallaux (1910) e pela escola possibilista francesa (VALLAUX, 1910, apud COSTA, 2008).

A herança deixada pelo debate entre as escolas da Geografia Política possibilista e determinista aos intelectuais ao redor do mundo pode ser sentida em várias formas. No Brasil, os escritos sobre a interseção entre política e geografia datam desde o século XVI, quando pensava-se sobre a proteção da fronteira marítima e territorial. Entretanto, os escritos brasileiros fundamentados na metodologia das escolas alemã (representada principalmente por Ratzel), da escola francesa (Vidal de La Blache, 1894) e da Geopolítica Clássica, datam do início do século XX com Mário Travassos (MATTOS, 2002).

Os autores da Geopolítica Clássica podem ser classificados de acordo com a esfera geográfica a qual se dedicam a analisar. Este trabalho dedica-se à vertente marítima

da Geopolítica, e esta está relacionada diretamente com a proposta de "Destino Manifesto" do norte-americano Alfred Thayer Mahan. Mesmo ausente do rótulo de "geopolítico", Mahan é considerado um dos autores que contribuíram para a Geopolítica Clássica. Sua obra de maior reconhecimento foi a "*The Influence of Sea Power upon History*" (1890). Para o autor, a chave para conquista de poder à nível mundial estava presente no controle das rotas marítimas - por onde circulara os fluxos do comércio internacional. Essa concepção foi pensada através de uma análise de casos históricos, como o da Inglaterra, cujo exemplo histórico deveria ter como a finalidade o fortalecimento do poder marítimo dos Estados Unidos (MAHAN, 1890, apud CROWL, 2001).

Ao enfatizar a importância do mar e do Poder Marítimo para a política mundial, a teoria de Mahan leva em consideração seis fundamentos essenciais na projeção do poder do Estado para o mar, são eles:

- "a) a posição geográfica do país;
- b) a configuração física, como a quantidade de portos e as facilidades, bem assim os aspectos dos recursos naturais e do clima;
- c) a extensão territorial;
- d) a população (refém especial no aspecto demográfico);
- e) o caráter da população (o ethos da sociedade); e
- f) o caráter das instituições do governo, que conduz a um projeto de Estado e à vontade política e estratégica de executá-lo" (MAHAN, 1890, apud REIS, 2014, p. 32)

Através de recomendações para mudanças na política dos Estados Unidos, Mahan buscava construir um guia para a consolidação do país como uma das principais potências mundiais. Segundo o autor, a posição geográfica norte-americana, a ausência de inimigos potenciais em suas fronteiras e a importância do comércio marítimo alertara para a construção de uma estratégia marítima espelhada no exemplo de sucesso anterior da Inglaterra, através da construção do "Comando do Mar" com controle, negação e acesso do mar (MAHAN, 1890, apud CROWL, 2001).

No que tange ao pensamento geopolítico brasileiro voltado para a vertente marítima, Meira Mattos descreve que não há um guia para política de poder marítimo como os Estados Unidos tinha Alfred Mahan, mas na verdade, o Brasil apresenta "vários Alfred Thayer Mahans" (MATTOS, 2011, p. 140). Ainda segundo o autor, os principais autores brasileiros que se preocuparam com a análise geoestratégica do mar para o Brasil foram Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, o próprio Meira Mattos e Therezinha de Castro - abordados a seguir respectivamente por ordem cronológica (MATTOS, 2011).



## **1.2. Mário Travassos e a Projeção Continental do Brasil: A Bacia do Prata**

Mário Travassos foi um oficial do Exército brasileiro que se dedicou a escrever sobre o projeto de elevação do Brasil à principal potência no Cone Sul. Inserido em um contexto propício da revolução de 1930, seus estudos foram aproveitados por tantos outros autores brasileiros. Suas principais obras "Aspectos geográficos sul-americanos" (1933) e posteriormente inserida no livro "Projeção continental do Brasil" (1947) serviram de inspiração para o projeto político dos revolucionários dos anos 30, para os autores geopolíticos seguintes como também para os membros da Escola Superior de Guerra (MATTOS, 2002).

Apesar de amplamente influenciado por perspectivas geopolíticas que priorizam o elemento terrestre na rivalidade entre potências, Mário Travassos foi sensível ao problema do Mar para o futuro do Brasil. Nesse sentido, focou a sua atenção nas dinâmicas de poder da Bacia do Prata e na importância das linhas de comunicação interiores como instrumentos da balança de poder do Brasil contra a Argentina, na época a principal rival do Brasil pela preponderância regional (TRAVASSOS, 1947).

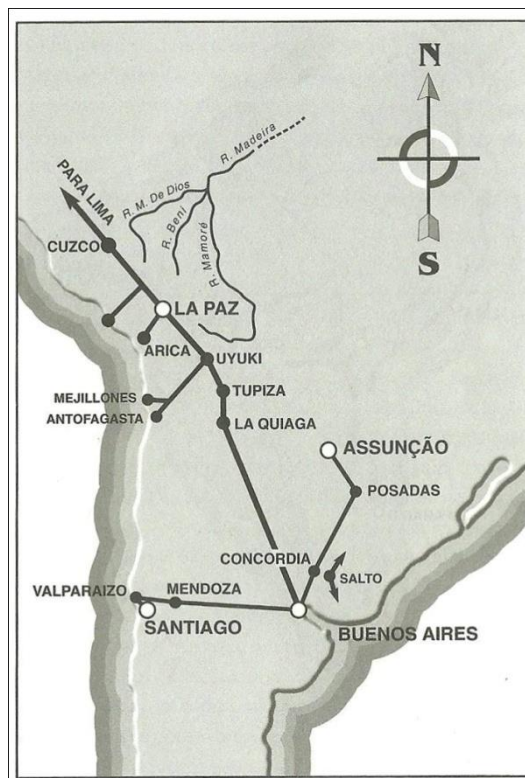
Na introdução de seu livro "Projeção continental do Brasil", o autor demonstra que historicamente, grande parte dos exemplos de conflitos interestatais pelo mundo tem o denominador "saída para o mar" em comum<sup>5</sup>, o que não seria muito diferente no sub continente Sul-Americano. Mário Travassos descreve que na região estão presentes dois grandes Estados, Brasil e Argentina, e atenta para a política de expansão terrestre e marítima deste último país. O autor alerta que, a fim de superar os antagonismos geográficos na região, a expansão política da Argentina através das comunicações marítimas é um ponto preocupante e de embate direto com o Brasil, que deveria preocupar-

---

<sup>5</sup> Para relacionar a o denominador "saída para o mar" com a ocorrência de conflitos, o autor utiliza dos exemplos do Império Alemão, que inicialmente limitava-se ao Estado de Brandiburgo, das Guerras Balcânicas, entre outros (TRAVASSOS, 1947).

se com o antagonismo oceânico, uma vez que este projeta-se através da oposição das bacias hidrográficas do Prata e do Amazonas (ver figura 1) (TRAVASSOS, 1947).

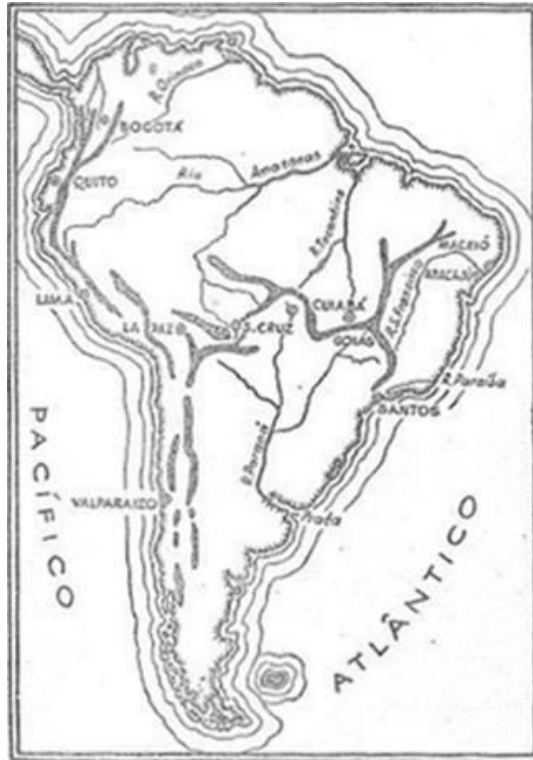
**Figura 1 - Esforço Ferroviário Platino**



Fonte: "Esquema do esforço ferroviário Platino Extraído do livro Projeção Continental do Brasil do Capitão Mário Travassos (1931)" (MATTOS, 2002, p. 62)

O autor trata em suas obras da importância do mar e das vias fluviais para as comunicações e para a distribuição de poder no subcontinente sul-americano. Destaca-se em seu ensaio "Aspectos geográficos sul-americanos" a divisão geográfica do subcontinente em regiões antagônicas tanto em posição como em suas características específicas (ver figura 2). Uma dessas divisões é a entre o Pacífico e o Atlântico, um a oeste e o outro a leste, que são os dois oceanos que banham a América do Sul. Além de banharem países com histórias e identidades distintas, esse antagonismo geograficamente dividido pelos Andes, descreve circulações marítimas e até mentalidades diferentes entre as distintas nações. Inserida nesse antagonismo também existe outra divisão, entre as bacias do Prata e Amazonas (TRAVASSOS, 1933).

**Figura 2- Dois Antagonismos**



Fonte: TRAVASSOS, Mário. Projeção Continental do Brasil. 1947, p. 45.

A vertente que o Brasil está inserida é a Atlântica, a qual é descrita pelo autor como mais rica em articulações e apresenta uma população com mentalidade mais dinâmica do que a vertente do Pacífico, oceano mais próximo de um dos vizinhos com elevado potencial de poder, a Argentina. Ainda segundo o autor, devido à insuficiência de tais características, a vertente do Pacífico iria buscar neutralizar suas deficiências em relação à dinâmica e populosa vertente Atlântica do sub-continente. Essa percepção deveria conscientizar o Brasil sobre suas ações, principalmente no que diz respeito às políticas de comunicação platina e o potencial destas em acrescentar poder ao vizinho argentino com consequências para a política e economia continental (TRAVASSOS, 1933).

Segundo Travassos (1933), essa política de comunicações além de multiplicar os contatos com o Pacífico e aumentar a circulação nas águas deste oceano para gerar riquezas para aqueles portos, poderá - mesmo com dificuldades geográficas e imateriais - prolongar sua ligação até Cusco (Peru) e puxar a balança política e econômica em favor do Prata (Argentina) em detrimento das incipiências da Amazônia (Brasil).

Tendo esse pano de fundo e noção da importância política e econômica do planalto boliviano, o autor parte para análise da capacidade de reação da Amazônia. A resposta para essa reação seria aproveitar-se das comunicações naturais com o triângulo econômico Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra-Sucre, em detrimento do contato "artificial" com a ferroviária platina. Os vértices desse triângulo, além de apresentarem vantagens de comunicação viatórias, apresentam-se também como importante centro de produção econômica - desde rebanho à borracha e trigo. No aspecto político o autor ressalta a importância de vigilância das ações políticas na região boliviana. Uma vez que a Bolívia historicamente reclama sua saída para o mar, sua aspiração geopolítica pode levar a um conflito na região e modificar a balança de poder entre Brasil e Argentina (TRAVASSOS, 1947).

O autor demonstra que, anteriormente colocadas como obstáculos do ponto de vista militar e econômico, os vastos rios que permeiam o território da vertente atlântica podem ser considerados como vantagens a partir do momento que bem aproveitados. Somado a esse aproveitamento hidrográfico, as características do litoral atlântico - grande circulação marítima, mentalidade dinâmica e articulado- configuram a vertente atlântica como uma superfície de maior contato com os "centros da civilização mundial" e de maior captação de riquezas, o que influencia diretamente nas forças geopolíticas sul-americanas (Ibdem).

Em relação à herança deixada pelos seus estudos, segundo Meira Mattos, o pensamento de Mário Travassos dominou "a mente de intelectuais patriotas e oficiais formados pelas escolas de estado-maior do Exército, Marinha e Aeronáutica até a década de 50" (MATTOS, 2012, p.64). Golbery do Couto e Silva (assunto da próxima seção), um dos principais admiradores de Mário Travassos, herda do autor a percepção da capacidade potencial do Brasil para tornar-se maior potência do subcontinente. Além disso, ambos preocuparam-se em abordar nas suas obras o balanceamento das forças e atrações entre os antagonismos e os desafios geográficos da região. Consideram necessário o incremento de uma política de transportes, tanto para integração do território nacional, como também nos diferentes pontos do subcontinente para proteção do litoral e das fronteiras terrestres (TRAVASSOS, 1947; COUTO E SILVA, 1967).

Em síntese, o pensamento geopolítico de Mário Travassos descrito anteriormente pode ser elencado nos seguintes tópicos:

- A América do Sul pode ser dividida de acordo com dois antagonismos geográficos: Atlântico e Pacífico; e Bacia da Amazônia e do Prata.
- O mar e as vias fluviais são fatores determinantes nas comunicações e na distribuição de poder no subcontinente sul-americano;
- Através da exploração das vias fluviais e rodoviárias, o Brasil Platino seria responsável por neutralizar a influência da Argentina. O Brasil Amazônico seria o centro geopolítico do continente.

### **1.3. Golbery e a defesa do Atlântico Sul na Guerra Fria**

O pensamento geopolítico do General Golbery do Couto e Silva destacou-se na literatura à respeito das linhas da ação política do Brasil a partir do contexto da publicação do livro "Geopolítica do Brasil" (1967). Anterior à produção dessa coletânea de textos sobre a fundamentação geográfica da política nacional, nota-se a influência de diversos militares e geógrafos na formação do conteúdo analítico da Geopolítica de Golbery. Alguns a se destacar são: Mário Travassos (como exposto anteriormente), Everardo Backheuser (1930) e o Brigadeiro Lysias Rodrigues (1947)<sup>6</sup> (MATTOS, 2002).

Como dito anteriormente, a sua obra de maior reconhecimento foi o livro "Geopolítica do Brasil", esse conjunto de textos escritos em anos distintos foi dividido em três partes: Aspectos Geopolíticos do Brasil; Geopolítica e Geoestratégia; e O Brasil e a Defesa do Ocidente. Em relação à diferença de contextos, o autor explica que mesmo havendo muitas mudanças entre os anos 50 e 60, elas não são de significativa relevância para o entendimento da obra como um todo, pois lança de conceitos e análises que se encaixam ou até mesmo complementam as análises anteriores (COUTO E SILVA, 1967).

---

<sup>6</sup> Em relação ao geógrafo Backheuser e ao Brigadeiro Lysias Rodrigues, Golbery vai de acordo com a proposta dos autores de povoamento e fortalecimento das regiões mais distantes do Brasil, e em particular das fronteiras mais longínquas (MATTOS, 2002).

Logo no início do livro, Golbery utiliza de conceitos clássicos da Ciência Política (como, por exemplo, o conceito de Estado, de Guerra, entre outros) e de autores predecessores tanto da Geografia Política como da Geopolítica (Kjéllen, Haushofer, Ratzel, Spykman, Mahan, Mackinder) como base para descrever sua concepção de geopolítica. Segundo o autor, Geopolítica significa a fundamentação das ações políticas para segurança de uma nação baseadas em seus fatores geográficos. Essas ações além de julgarem as características geográficas do país, também analisam as relações internacionais do Estado e sua dinâmica política - fatores que não são diretamente contabilizados pela matemática ou pelas coordenadas geográficas. Na Geopolítica do Brasil, as ações recomendadas pelo autor são divididas em três níveis: interno ou de "Império brasileiro"; Mundial; E no nível da vizinhança latino americana (COUTO E SILVA, 1967).

Não caberá a este trabalho a análise minuciosa dos critérios para divisão geográfica do Império brasileiro, nem tampouco a análise profunda das dinâmicas de circulação populacional, de transportes e riquezas de cada uma das cinco regiões. O que vale ressaltar é dentre a divisão das regiões, Golbery atenta, além das questões de integração e preocupações com o território, para as vulnerabilidades no litoral do país e logo em seguida faz recomendações para responder à tais problemáticas.

Golbery descreve o território brasileiro como uma extensa área que

"abrange regiões naturais várias caracteristicamente diversificadas e oferece amplas possibilidades de gênero de vida e atividades econômicas complementares, com um clima que, na verdade, não é tão desfavorável como se tem apregoadado por ignorância ou preconceito" (COUTO E SILVA, 1967, p. 41).

Devido à tais características, o autor considera o Brasil como "Império", vasto e rico de potencialidades, mas que apresenta ainda deficiências de integração territorial e de circulação populacional, de comunicações e riquezas que, segundo Golbery, são tarefas que devem ser solucionadas para valorização e integração efetiva do país (Ibdem).

Este "Império brasileiro" é dividido pelo autor em cinco regiões, sendo elas:

- 1) O coração do Brasil ou núcleo central ecumênico, o qual é composto pelo triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte. Segundo Golbery, essa região apresenta-se como uma das mais estratégicas para a estrutura das demais regiões do país, pois, nela se localiza a maior concentração densidade populacional, de circulação, riquezas como também o núcleo do parque industrial brasileiro. Além do que foi dito anteriormente, o autor ressalta sua preocupação com o coração do Brasil devido às vulnerabilidades para essa região: área

muito sensível à ações externas vindas do mar, como também propensa a perturbações internas incentivadas por atores externos (COUTO E SILVA, 1967).

2) A península nordestina, abarcando toda a região do nordeste ocidental e a Bahia. Segundo o autor, o nordeste brasileiro também é uma região estratégica para o país, pois nele se encontra intensa densidade populacional, de vias rodoviárias, ferroviárias e de riquezas, mesmo que precárias em comparação ao coração do Brasil. Em relação às ameaças a essa área, o autor a considera como uma zona de vulnerabilidade máxima a ações externas ao continente devido à sua extensa fronteira com a África Ocidental e o Atlântico Sul, o que ameaça a segurança das frotas comerciais e do país como um todo (Ibdem).

3) A península meridional ou do sul, com características semelhantes à península nordestina é a terceira área levantada por Golbery. Essa região é caracterizada como pelo quadrilátero de circulação, composto por Curitiba-Porto Alegre-Santa Maria e Irati, e também é marcada por máxima vulnerabilidade, porém as fontes de ameaça prováveis seriam de ações de origem regional, como por exemplo da Bacia do Prata (Argentina) (Ibdem).

4) A quarta região, a península do centro-oeste, é localizada entre o noroeste e o sudeste do país. Golbery a considera de importância estratégica devido à sua característica de conexão entre as bacias hidrográficas do Prata (ao Sul) e da Amazônia (ao norte). Para essa área, o autor recomenda a necessidade de "avanço da onda colonizadora", a qual através do desenvolvimento da densidade populacional seria uma forma de barreira/ocupação para prevenir invasões externas e uma maneira de integrar a península centro-oeste ao todo ecumênico brasileiro (COUTO E SILVA, 1967, p. 47).

5) Por fim, a região mais abordada por Golbery no projeto de Geopolítica do Brasil, a ilha amazônica, é composta pelas regiões norte e noroeste. Esta área é considerada pelo autor como uma hiléia isolada, devido à sua deficiente rede de circulação de pessoas e comunicação como também à dependência para com as ligações marítimas. Para essa região o autor recomenda que se deve "inundar de civilização a Hiléia amazônica, [...], partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste" (COUTO E SILVA, 1967, p. 47). O autor recomenda também a conquista da ilha brasileira através do avanço do sul para o norte através dos afluentes da margem direita do rio Amazonas. Essas ações teriam finalidade tanto de assegurar a integração territorial (mediante ou não à ameaças externas)

como também seria uma forma de barrar uma eventual internacionalização da Amazônia, esta dificultada mediante a presença da população nas regiões limítrofes do país.

Para estas áreas, o autor elabora os *Objetivos Nacionais Permanentes*, que seriam: a manutenção da independência política e soberania nacional; a marcha para oeste e integração territorial; atenção para invasões externas tanto na área do litoral como na vertente continental do país; manutenção do *status* democrático; salvaguarda da autonomia local e liberdades regionais; consolidação da unidade nacional e assegurar o bem-estar social e econômico do país (COUTO E SILVA, 1967).

**Figura 3- O Território e a Circulação**



Fonte: "Esquema 6: O Território e a Circulação" (COUTO E SILVA, 1967, p.44)

Em relação à perspectiva da vizinhança latino-americana, o general organiza sua análise, usando de fatores geográficos e históricos, através da divisão entre: área geopolítica de soldadura - com caráter ambivalente amazônico-platino; áreas geopolíticas marítimas - composta pelas regiões do centro-sul e centro-norte voltadas para o Atlântico;



e áreas geopolíticas terrestres - sendo esta subdividida em outras duas áreas: uma voltada para a bacia do prata e outra para a bacia amazônica. Mesmo englobando áreas distintas, nesses esquemas, o fator "mar" (principalmente as ligações marítimas) é um tópico recorrente no pensamento geopolítico do autor (COUTO E SILVA, 1967).

No que tange à paisagem política continental, o autor escreve que o Brasil tem capacidade de projeção e atribuições superiores aos demais países devido à sua posição, extensão e aquisição de inúmeros recursos. Ao tratar de nossa inefetiva ocupação territorial nas regiões limítrofes, Golbery alerta para a possibilidade de ressurgimento de antigas desconfianças que geraram e podem gerar no futuro litígios com os nossos vizinhos. Uma vez que, tais nações apresentam características históricas e sociais semelhantes entre si e diferentes ao Brasil, como também podem apresentar ressentimento em relação ao "imperialismo preponderante" deste, o autor alerta para a possibilidade de uma composição conjunta de esforços contra a nação brasileira. Nesta conjugação, destaca-se a presença de três vizinhos com potencial populacional, econômico e energéticos relevantes (Argentina, Peru, Colômbia) e a presença de outros países com projetos geopolíticos que podem interferir na política do subcontinente (Uruguai, Bolívia e Paraguai<sup>7</sup>) (COUTO E SILVA, 1967).

Visto esse panorama, em relação aos objetivos nacionais permanentes para o continente Golbery elenca: manutenção do *status quo* do território do subcontinente a fim de barrar ações revisionistas ou mesmo o ordenamento de conjugações ou blocos regionais, políticos e/ou econômicos que ameacem a paz continental; o fortalecimento da solidariedade e cooperação entre as nações americanas a fim de afastar a possibilidade de conflito, impulsionar o prestígio nacional brasileiro e o desenvolvimento econômico e político do continente (Ibdem).

O terceiro nível de análise dos aspectos geopolíticos do Brasil é a perspectiva brasileira no mundo. Nessa perspectiva o mar é tratado como via para possíveis penetrações de ameaças ao país. Dentro desta concepção geográfica e política, o autor elabora a sua teoria dos hemisférios. Esta teoria consiste na divisão do mundo em círculos de análise, na qual, visando a posição geográfica do Brasil, haveriam dois hemisférios de

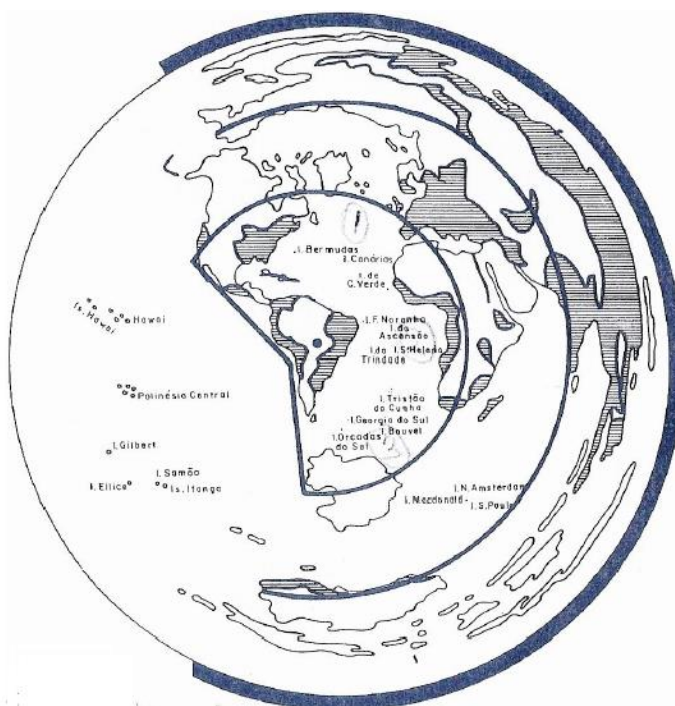
---

<sup>7</sup> O autor destaca a função de Estado-tampão do Uruguai para choques na região platina, e as aspirações de Bolívia e Paraguai por saídas para o Mar - no caso do Paraguai, a aspiração de poder seria por "respirar por dois pulmões" (COUTO E SILVA, 1967, p. 58).

importância estratégica para o país: o *hemisfério interior* e o *hemisfério exterior* (COUTO E SILVA, 1967).

Segundo a divisão proposta por Golbery, o hemisfério interior está situado em um círculo concêntrico de raio médio de 10.000 km em relação ao Brasil. Em termos de massa territorial e marítima, ele engloba a América do Norte à esquerda, à frente a África, à direita a Antártida, como também toda a área compreendida pelo Atlântico Sul (ver figura 4). O autor caracteriza essa área como uma região de estabilidade, na qual não há presença de um potencial agressor de imediato. Esse sentimento de estabilidade e de ausência de agressor é justificado por Golbery através da influência dos Estados Unidos na região, país que mantém-se em vantagem de poder desproporcional no que diz respeito aos outros atores presentes no hemisfério (Ibidem).

**Figura 4 - A América do Sul e os Hemisférios Interior e Exterior**



Fonte: "Esquema 16: A América do Sul e os Hemisférios Interior e Exterior" (COUTO E SILVA, 1967, p. 81)

Apesar do hemisfério interior estar livre de ameaças diretas, o autor a coloca como sendo a linha de defesa vital do mundo ocidental. No hemisfério interior encontra-se o oceano Atlântico, e este é caracterizado por Golbery como "novo Mediterrâneo" no que tange à circulação e a abertura para ameaças e influências externas ao Ocidente. Tendo isto

em mente, seria necessária a defesa da fronteira do hemicíclo interior contra o transbordamento de ameaças do Oriente vindas pelo hemicíclo exterior (COUTO E SILVA, 1967).

Já o hemicíclo exterior, abrange um raio médio de 15.000 km. Esta região é caracterizada pelo autor como um *hemicíclo perigoso*, portanto, é sobre esta região que o Brasil e os outros países da América do Sul devem preocupar-se na avaliação das ações para garantia segurança nacional. O hemicíclo exterior é considerado uma zona perigosa, pois, encontra-se nesta região origens de ameaças do passado, como por exemplo da Alemanha nazista ou do Império japonês de Hirohito, as ameaças do contexto em questão como também do futuro, a exemplo do eixo Moscou-Pequim para a direção do subcontinente sul-americano (Ibdem).

Levando em consideração tal panorama geográfico, político e histórico, Golbery parte para a análise das dinâmicas de pressão contrárias ao Brasil, descritas como “*pressões externas*”. Tais pressões ou ameaças ao Estado brasileiro poderiam ser advindas principalmente do Atlântico Sul. Por tanto, o autor recomenda que, para impedir a chegada dessas ameaças à uma concretização, o Brasil deveria desenvolver a capacidade de projeção para essa área através do alinhamento com o poder latente dos Estados Unidos, bem como no estreitamento das relações com os vizinhos americanos e com a África Ocidental, de forma que o país mantenha-se “vigilantes e dispostos a cooperar, se e quando necessário, na defesa, a todo custo, dessa África de oeste e do sul que nos fica fronteira e de onde um inimigo ativo nos poderá diretamente ofender” (COUTO E SILVA, 1967, p. 86-87).

De forma resumida, como objetivos nacionais permanentes para o Brasil, Golbery recomenda: projeção do país no cenário internacional com vistas à defesa dos seus interesses e da paz internacional; o incentivo da cooperação com os países sul americanos a fim de manter o *status quo* territorial e criação de uma solidariedade regional; cooperação com a África e defesa do Atlântico Sul; e alinhamento político e estratégico com os Estados Unidos através de intercâmbios de ajuda e assistência norte-americana (Ibdem).

No que tange à herança deixada por Golbery para a Geopolítica, pode-se destacar sua influência em duas áreas: nos estudos da Escola Superior de Guerra (ESG) e na agenda acadêmica de Geopolítica. Com relação à ESG, Golbery dedicou-se à formulação da doutrina de Segurança Nacional. Atrelando geografia, desenvolvimento, poder e Segurança

Nacional às recomendações políticas do Brasil, o General foi considerado o grande ideólogo da Escola Superior de Guerra<sup>8</sup> (PENHA, 2011; VIZENTINI, 2008).

Em relação aos estudos acadêmicos, a herança deixada por Golbery pode ser encontrada nos estudos de Therezinha de Castro no que tange a geoestratégia do Atlântico Sul, integração do cone Sul, e nas problemáticas envolvendo a Amazônia. Pode-se encontrar pontos de acordo com Golbery nos estudos da geopolítica da Amazônia de Bertha Becker. Como também nos estudos de Meira Mattos sobre o poder potencial do Brasil em se tornar uma grande potência, e na valorização da Amazônia e Centro-Oeste, assunto a ser tratado no capítulo seguinte. (MATTOS, 2002; BECKER, 2005).

Em resumo, o pensamento geopolítico de Golbery do Couto e Silva voltado para a vertente marítima do Brasil, pode ser resumido nos seguintes tópicos:

- Atenção às vulnerabilidades às ações externas no litoral;
- Atlântico Sul inserido no Hemisfério interior, mais estável, porém, vulnerável às pressões externas vindas através da África;
- Hemisfério interior é a linha de defesa vital para o mundo ocidental, e o Atlântico Sul, a linha de defesa imediata para o Brasil;
- Necessidade de alinhamento político e estratégico com os Estados Unidos e estreitamento das relações com os países sul-americanos e da costa ocidental da África para defesa do Atlântico Sul e do Ocidente.

---

<sup>8</sup> As ideias de Golbery assumiram proporções mais amplas no contexto da ESG, pois no governo do Regime Militar alguns dos seus líderes além de terem estudado na mesma instituição e assim adotarem essas ideias para a política nacional, também elegeram Golbery do Couto e Silva para cargos importantes (como por exemplo, chefe da casa civil).

## **2. O Mar no Pensamento Geopolítico Militar e Civil nos anos 1970**

A primeira seção deste capítulo tratará resumidamente do contexto histórico e das principais diretrizes de política externa no período após a escrita das grandes obras de Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva. Nela serão expostas as dinâmicas políticas durante o governo militar para em seguida situarmos as doutrinas do pensamento geopolítico de Meira Mattos e Therezinha de Castro no contexto que o Brasil estava inserido.

### **2.1. Brasil Potência: o Atlântico no Contexto histórico e a Política Externa Brasileira<sup>9</sup>**

Devido à pressões internas e a presença já anterior da opinião militar nas diretrizes políticas do Brasil, em 1964 houve a ruptura do governo civil e os militares passaram a governar o país. No primeiro mandato do período do Regime Militar, Castelo Branco tornou-se o líder do país, suas políticas no campo internacional tiveram como principal fonte de inspiração as dinâmicas da Guerra Fria (MARTINS, 1975; VIZENTINI, 1998).

Naquele momento, sentia-se no Brasil certa tranquilidade em relação à ameaças de ataque no Ocidente, considerava-se que o grande poderio norte-americano seria suficiente para conter o avanço de ações da frente Ocidental. Entretanto, cientes das dinâmicas regionais, como no caso de Cuba, tinha-se no governo brasileiro uma grande preocupação com a segurança interna- no caso de uma possível guerra de subversão.

---

<sup>9</sup> Parte desta seção foi derivada da pesquisa, e posteriormente, do artigo intitulado "Golbery do Couto e Silva e a Geopolítica do Brasil: Convergências e Disparidades na Política Externa do país no Regime Militar" (ASSIS; CARVALHO, 2015)

Devido à essa última questão, acatou-se a doutrina de segurança coletiva, englobando os campos militar, ideológico, político e econômico (MARTINS, 1975; VIZENTINI, 1998).

Segundo esta doutrina de segurança coletiva, o Brasil deveria basear-se na relativização do conceito de Soberania Nacional, e distribuir responsabilidades para as nações membros da frente Ocidental através de uma Aliança para o progresso. Os membros da aliança para o progresso ficaram responsáveis, coletivamente, pela defesa da frente Ocidental, e, individualmente, cada país ficaria responsável pela sua segurança interna (contra subversão). Aos Estados Unidos estava atribuído o papel de "líder do mundo Ocidental". Sua liderança seria exercida no âmbito militar, político, diplomático como também no econômico, por meio de investimentos e créditos para o desenvolvimento dos países aliados - acreditava-se que a possibilidade de subversão interna surgiria da insatisfação com a má distribuição de renda destes países (Ibdem).

Para o governo de Castelo Branco, além da associação vertical com os Estados Unidos, para o cumprimento das funções na segurança coletiva hemisférica seria necessária a construção da solidariedade pan-americana afim de coordenarem suas ações e fortalecerem a unidade continental. Essa solidariedade continental deveria ser desenvolvida através da sub-liderança brasileira na criação de mecanismos de segurança coletiva nas diversas áreas de interação entre os Estados do Continente - como a Força Interamericana, as medidas econômicas para o desenvolvimento e também fortalecimento de instituições, a exemplo da Organização dos Estados Americanos (MARTINS, 1975; GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993; VIZENTINI, 1998;).

Alertas para influência soviética na América Latina, com porta de entrada na Revolução cubana, o Brasil apela para a solidariedade continental e para a defesa das fronteiras ideológicas e rompeu suas relações diplomáticas com Cuba, além de participar da operação militar de contenção comunista na República Dominicana. No plano mundial, o Brasil manteve relações comerciais com o Leste europeu, Ásia<sup>10</sup> e Europa Ocidental, no último caso ampliando também para o âmbito político. Em relação à África, no governo de Castelo Branco o Brasil não aproximou-se de forma direta e total com a África para conter o avanço comunista, mas optou por uma aproximação diplomático-estratégica com a África do Sul (naquela época sob o governo do *Apartheid*) e com Portugal imperialista (VIZENTINI, 1998; PENHA, 2011).

---

<sup>10</sup> No caso asiático um fato que chamou atenção para a relação entre Brasil e os Estados Unidos foi o desejo brasileiro de manter-se distante do plano político nas relações com a Ásia, e então, rejeitou o pedido norte-americano de envio de tropas para o Vietnã (VIZENTINI, 1998).

Na segunda metade dos anos 60, o sentimento interno ao governo brasileiro passou para a descrença nas relações com os EUA. Tal sentimento era decorrente do fraco engajamento da nação norte-americana nas relações políticas e de intercâmbio comercial com o Brasil como também com os outros aliados. A partir de então, o governo do Costa e Silva conclui que a estratégia anteriormente proposta não resultou no desenvolvimento das relações econômicas, muito menos fomentou uma política interdependente no hemisfério, e então dá preferência ao discurso de conflito econômico Norte-Sul em detrimento da estratégia de defesa coletiva e integral do conflito Leste-Oeste - essa política externa fora denominada como Diplomacia da Prosperidade e era marcada pelo discurso Terceiro Mundista (MARTINS, 1975; VIZENTINI, 1998).

Chegada a década de 1970, notou-se uma transformação nas dinâmicas políticas, que tornaram-se mais complexas do que o esquema de conflito da Guerra Fria até então vigente. Essa transformação abriu margem para ação político-diplomática de um número maior de Estados e com variadas finalidades. As mudanças na década de 1970 são decorrentes principalmente das mudanças no plano econômico internacional (OLIVEIRA, 2005).

A respeito da economia, a polarização econômica mundial sofreu alterações devido a eventos como: a quebra do sistema financeiro de Bretton Woods (com a ruptura da paridade ouro-dólar e conseqüentemente, o aumento nas taxas de juros), as crises do petróleo; a recuperação econômica na Europa; a independência de antigas colônias (que além de gerarem novos mercados, contestam a divisão internacional do trabalho devido à sua posição desprivilegiada economicamente); a evolução política e econômica do Japão e dos países em desenvolvimento, que além de exportarem recursos não renováveis para os países desenvolvidos também forneciam mão de obra para tais, como no caso do Brasil (Ibdem).

No caso das nações exportadoras de petróleo ou os "novos países industrializados" a emergência do seu papel na economia internacional foi acompanhada pelo aumento do diálogo Norte-Sul, entre os países mais desenvolvidos (Norte) e os em desenvolvimento (Sul). Além de iniciarem um processo de multipolarização econômica na construção de uma "Nova ordem econômica internacional", de internacionalização e aprofundamento da interdependência da economia mundial, a emergência desses novos atores alteraram a percepção de segurança até então vigentes, segundo Celso Lafer (1982)

"nos desdobramentos dessa ordem de coexistência a segurança deixou de ser qualificada pelos Estados apenas em termos estritos de guerra e paz, e passou a englobar outros valores, como bem-estar econômico-social, autonomia política e prestígio. Na perspectiva dos países subdesenvolvidos essa nova qualificação de segurança viu-se facilitada pelos resultados do processo de descolonização que, em função do aparecimento de novos Estados, tornou mais complexa uma gestão oligárquica da ordem mundial"(LAFER, 1982, apud OLIVEIRA, 2005, p. 132)

Por tanto, nota-se que no contexto dos anos 1970, as estratégias de inserção internacional dos países giravam, principalmente, em torno da sua posição na Economia mundial. No caso do Brasil, as relações multi e bilaterais para a construção da política comercial do país estavam intrinsecamente acompanhadas pelo projeto interno de desenvolvimento. Esse projeto nacional de desenvolvimento da economia brasileira, e por consequência, da inserção internacional do país, giravam em torno de

"(...) um modelo político e econômico caracterizado pela tentativa de aprofundar um tipo de capitalismo associado, com o respaldo de um sistema político autoritário. Esse modelo, operando nas novas condições internacionais, gerou um projeto de potência emergente, que procurou obter melhores condições de desenvolvimento econômico e acréscimo de poder no plano internacional"(LIMA, 1982, apud OLIVEIRA, 2005, p.137).

A essa política externa de crescimento econômico e de inserção internacional como potência emergente, foi atribuído o nome de projeto "Brasil Potência". A proposta de Médici (1969-1974) de Brasil Potência, tinha como finalidade o desenvolvimento econômico e inserção mais relevante do país no sistema internacional com base nas seguintes ações: busca pela reestruturação da ordem econômica internacional, incentivo à produção e exportação de produtos industrializados e manufaturados, e ampliação das relações internacionais do país com as outras nações em desenvolvimento - aproximação de caráter comercial e político, para abertura de novos mercados/parceiros como também angariar maior força às propostas de interesse brasileiro nos fóruns internacionais (OLIVEIRA, 2005).

É neste contexto de Diplomacia de Interesse Nacional que Meira Mattos e Therezinha de Castro vão escrever suas obras. Devido à esperança na grandeza territorial e de recursos do Brasil atribuída à estratégia de ampliação dos parceiros comerciais e políticos, principalmente na África e América Latina, que a partir de então busca-se alçar vôos mais altos, e passar da esfera regional para global a importância política do Estado brasileiro, assim modificando a visão geopolítica brasileira sobre o mar (Ibdem).



## 2.2. O Mar no Pensamento Militar de Meira Mattos

Apesar de admirador confesso do pensamento geopolítico de Mário Travassos, e de discutir em seus livros as propostas de integração territorial e do acréscimo de poder para o Brasil já abordadas pelo primeiro autor, Meira Mattos escreve suas obras em contexto de inspiração distinto do de Mário Travassos. O contexto está relacionado com o status da Política Externa do Brasil e do projeto de desenvolvimento industrial do país, principalmente nos anos 1970 quando, segundo o próprio autor, seus livros “foram concebidos e publicados sob a influência do espírito de otimismo e fé, nos destinos do Brasil, que dominou o nosso povo na década de 1970” (MATTOS, 2002, p. 77).

Nos seus primeiros livros “Projeção Mundial do Brasil” (1959) e “Brasil: Geopolítica e Destino”(1975), o autor pensa em um nível acima na escala de poder em relação ao projeto de potência continental pensado anteriormente por Mário Travassos em “Projeção continental do Brasil” (1947). O autor propõe a partir de então o projeto de Brasil potência em nível global baseando-se em conceitos tradicionais de grande potência de Kjéllen e de potência mundial de Toynbee (1947) e Mende (1958). Meira Mattos condiciona a análise do projeto de potência mundial às características atuais e potenciais do espaço geográfico, economia e coesão interna para demonstrar que o Brasil possui as características necessárias para o país ser uma grande potência (MATTOS, 2002; 2011).

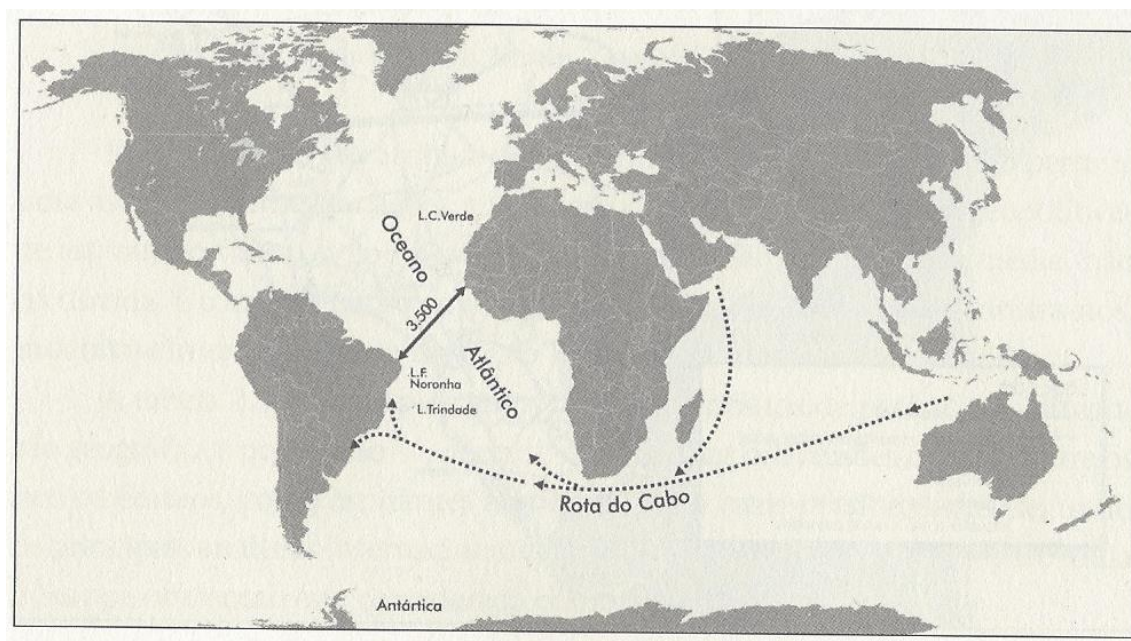
Outra preocupação de Meira Mattos em “Projeção Mundial do Brasil” e “Brasil: Geopolítica e Destino” é com a análise da a posição geoestratégica do país. O autor demonstra que devido à posição geográfica do Brasil, sua estratégia está inserida em duas áreas<sup>11</sup>: a do Atlântico Sul e a do continente americano. Em relação à estratégia para essas regiões, o autor destaca o papel preponderante do Brasil no que tange à defesa do ocidente, especificamente do continente americano como também a manutenção da “ponte estratégica” entre o Atlântico e as massas afro-euro-asiáticas. Ressalta-se nessa ponte, a importância estratégica do continente africano para defesa do Brasil, como também para sua estratégia ocidental por meio da segurança militar de caráter ofensivo do Atlântico Sul (MATTOS, 1959; 1975).

---

<sup>11</sup> Segundo Meira Mattos, essas áreas podem transbordar para o contexto extrarregional do Brasil devido à continuidade geográfica ou ao alargamento das vias de agressão bélica (MATTOS, 2011)

Meira Mattos, julga a África - e principalmente sua costa atlântica- como sendo a área de maior interesse para a defesa do Brasil em relação às demais no globo. Além do fato do continente africano ser detentor de inúmeras fontes de riquezas minerais e energéticas, a África posiciona-se como via de acesso às rotas marítimas comerciais do Brasil, como também é uma região com potencial tanto para as ações da América como também advindas da Eurásia (ver figura 5). Segundo o autor, qualquer ofensiva de um ator hostil ao Estado brasileiro na África representa ameaça direta ao Brasil devido à sua proximidade com o litoral brasileiro e ao avanço do alcance dos foguetes que possam ser utilizados desde bases instaladas no continente africano apontados para o Brasil. Nas palavras de Meira Mattos "Perdida a vertente atlântica da África, não haverá, para nós, mais missão de segurança a cumprir, será guerra dentro de casa", o que restaria ao país a responsabilidade de estar alerta aos "pontos chaves" de acesso ao litoral atlântico na África, lugar este que configura-se como a fronteira da segurança estratégica aproximada do Brasil (MATTOS, 2011, p.45).

**Figura 5 - O Estreito do Atlântico e a Rota do Cabo**



Fonte: "Figura 2: Estreito do Atlântico e a Rota do Cabo" (MATTOS, 2011, p. 256)

Como complemento ao seu primeiro livro, Meira Mattos em "Brasil: Geopolítica e Destino" dedica-se a analisar outros fatores geográficos brasileiros para um

encadeamento mais profundo da estratégia para o país tornar-se uma grande potência, projeto que o autor estima estar concluído nos anos 2000. Entre esses fatores estão: a forma, a posição do território e a delimitação de suas fronteiras (MATTOS, 1975).

No que tange à forma, o Brasil apresenta-se como um país compacto. Essa forma seria vantajosa devido à sua característica de facilitador da coesão nacional. Tal coesão seria facilitada pela equidistância entre os vértices mais extremos do país tomando como ponto de referência seu centro. Desta maneira, a evolução do povo e de seu desenvolvimento econômico seria realizado de maneira mais uniforme. Além disso, as fronteiras não seriam tão extensas - o que facilitaria a possibilidade de conflito e dificultaria a estratégia militar defensiva- e o índice de diferenciação entre grupos regionais não seria tão elevado, o que favorece a integração Nacional (Ibdem).

Em relação à posição, fundamental para a sua discussão sobre o Mar em sua geopolítica, o autor calcula a equação do coeficiente de maritimidade e de continentalidade do território brasileiro e conclui que o país é do tipo misto ou continental-marítimo. Essa característica significa que o Brasil apresenta sua extensão da fronteira terrestre próxima à extensão do litoral, o que é uma vantagem pois ficamos distantes da dependência aos portos de países vizinhos, como nos casos de países mediterrâneos, o que nos confere maior soberania a respeito do intercâmbio comercial marítimo. Essa grande fronteira marítima também apresenta-se como vantagem para o país<sup>12</sup>, pois Meira Mattos considera o mar como fronteira ideal para as nações. Segundo o autor, a fronteira constituída pelo mar protege e isola o país de uma maneira mais eficaz à manobras de outros países, mesmo com a presença de instabilidades físicas no litoral (MATTOS, 1975).

Segundo Meira Mattos, essas instabilidades físicas no litoral - como por exemplo a variação da linha demarcadora da fronteira, e o movimento das marés que geram o acúmulo de entulhos no litoral - estão sendo superadas pela utilização por parte dos países do conceito de águas territoriais e pelo projeto de extensão do limite da soberania a partir da costa litorânea. O autor demonstra que a extensão do mar territorial em 200 milhas é de grande importância para o Brasil, uma vez que, devido ao acréscimo de tecnologia e de estudos especializados nas riquezas potenciais existentes no fundo do mar, a costa

---

<sup>12</sup> Nesse ponto Meira Mattos (1975) diverge de Golbery do Couto e Silva (1967). Uma vez que esse autor preocupa-se mais com a avaliação da penetração de ameaças ao país do que com as oportunidades e vantagens de uma grande fronteira litorânea, como o faz Meira Mattos, a visão sobre a fronteira litorânea nos estudos de Golbery assumem mais um caráter de desvantagem.

brasileira apresenta em sua disposição riquezas mineiras e animais importantes para o desenvolvimento nacional (MATTOS, 1975).

O autor utiliza de cinco princípios para justificar a extensão do mar territorial em 200 milhas náuticas, são eles: proteção da soberania nacional; proteção da economia do país através da salvaguarda do direito brasileiro de explorar os recursos petrolíferos e minerais presentes na plataforma continental; proteção da economia nacional através do exercício da soberania mediante delitos contra a riqueza nacional, como por exemplo, a prática da pesca indiscriminada; proteção do habitat natural; barrar pretensões de outras nações de alegarem direito sobre essas águas mediante justificativa da utilização de uma zona habitual de pesca (Ibdem).

No que tange ao livro "A Geopolítica e as Projeções de Poder" (1977), Meira Mattos aprofunda a análise do contexto político desenvolvimentista do Estado brasileiro. Na primeira parte do livro, o autor dedica-se à escrita sobre a teoria do poder. Utiliza de autores consagrados na Ciência Política para descrever desde as origens às manifestações de poder, passando pela descrição da natureza do mesmo. Meira Mattos utiliza de princípios realistas e da *Realpolitik* para descrever os pontos necessários para construção de uma sociedade moderna em um Estado detentor de poder (MATTOS, 1977).

Já na segunda parte do livro, denominada "Projeção Geopolítica do Poder", Meira Mattos dedica-se à descrição dos estímulos continentais e marítimos no espaço geográfico brasileiro e relaciona-os com os estímulos externos à nação - estímulos estes, que, segundo o autor são cruciais para análise dos problemas de segurança externa. Além disso, Meira Mattos realiza uma comparação do atraso em termos de poder nacional do Brasil no contexto internacional - para demonstrar o seu atraso em relação à outras nações. Por fim, o autor propõe os diagnósticos de ação política necessários para o projeto de desenvolvimento econômico e social no final do século XX. Destacam-se também as recomendações de avanço nos projetos em diversas esferas de ação do Estado, não somente no aspecto militar, mas também na área de educação, energética, de comunicações, e principalmente de ciência e tecnologia através do incentivo de programas de estudo da opção nuclear e cibernética (MATTOS, 1977; 2002).

No que tange a maritimidade brasileira, o autor propõe um novo enfoque geopolítico para o Atlântico Sul. Como demonstrado anteriormente pelo autor, o oceano que banha o litoral brasileiro é de importância estratégica devido à sua característica de principal via de comunicação exterior do país, por tanto, manter sua segurança é mister

para o desenvolvimento brasileiro. O autor propõe que para a segurança e manutenção do comércio no Atlântico Sul a estratégia a ser adotada não deve ser de exclusiva participação brasileira, mas também deve haver a participação de outras nações interessadas, tanto na vertente africana como na americana. Neste cenário de acréscimo do mar territorial, outras ações fundamentais recomendadas pelo autor para o Brasil a fim de manter as riquezas e a segurança desta área estratégica são as de desenvolvimento de tecnologia avançada para explorar os recursos presentes no mar e de tecnologia de defesa que garanta sua segurança (MATTOS, 1977).

Um dos fatores para o novo enfoque ao Atlântico Sul foi dado pelo autor através da constatação que, depois da Segunda Guerra Mundial, novas Repúblicas foram instaladas na África, o que no total acrescentou 20 novos Estados na costa atlântica. Somado à esses novos países, o total de Estados que estão em articulação direta do Brasil seria de cerca de 50 nações, o que representa um terço dos membros da ONU - e renovaria o panorama geopolítico para a região. Outros fatores abordados em relação ao enfoque para o Atlântico Sul foram a importância do mesmo como melhor via de comunicação entre costas o que a torna indispensável ao comércio exterior, e a importância da riqueza extraída dos mares (Ibdem).

Segundo Meira Mattos, a gama das riquezas encontradas no mar territorial do Brasil foi ampliada devido aos avanços da tecnologia. Além da tradicional atividade pesqueira, os setores abertos para o país foram os de hidrocarbonetos (gás e petróleo), minerais (cobre, estanho, manganês, níquel e cobalto) e vegetais (algas, entre outros). O autor enfoca na questão dos hidrocarbonetos como sendo este o recurso marinho mais relevante para o país naquele momento. Devido à crise do petróleo com os países exportadores como também ao cenário prospectivo de crise energética no futuro do país, o petróleo e o gás natural fazem parte essencial do projeto de desenvolvimento brasileiro, o que não deve ser negligenciado. Tais fatores significam para o autor a necessidade de valorização econômica do mar, o que consequentemente aumenta sua expressão estratégica (Ibdem).

Essa expressão estratégica foi, segundo o autor, a justificativa para o governo brasileiro em 1970 adotar a convenção de 200 milhas náuticas para o mar territorial, o que aumentou o patrimônio e a área nacional em 3 milhões de km<sup>2</sup>. Segundo Meira Mattos, o contexto seria de uma nova ordem mundial no que tange às atividades marítimas, esta seria ditada pelas novidades na tecnologia, na sociedade e nas políticas das nações que buscam

seu desenvolvimento. Essas atividades juntamente com as discussões nas conferências internacionais da ONU sobre direito do uso do mar trouxeram a tona três problemas complexos que ditariam o tom das relações entre as nações: o acesso à recursos do mar por nações ou grupos privados e a sua possibilidade de escassez; Ações prejudiciais ao *habitat* marítimo (poluição, despejo de resíduos químicos e pesca clandestina); E a exploração extensiva dos recursos na costa, o que pode afetar a ecologia oceânica (MATTOS, 1977).

Como o Brasil já teria dado o primeiro passo no estabelecimento do mar territorial, restava a partir de então arcar com as responsabilidades decorrentes do acréscimo desta parcela do território nacional. Segundo Meira Mattos, essa responsabilidade seria traduzida em aumento nos encargos na área de segurança, tanto no incremento da estrutura técnico-científica encarregada da exploração dos recursos presentes no mar como também na organização das Forças Armadas a fim de estarem prontas para missões de proteção da costa litorânea (Ibdem).

As ações estratégicas recomendadas por Meira Mattos (1977) para o Atlântico Sul foram:

- Criação de uma estrutura técnico-científica capaz de explorar os recursos no mar;
- Prontidão das Forças Armadas do Brasil para missões de desembarque, patrulha e proteção da costa e do patrimônio nacional;
- Forças Armadas detentoras de aparelhamento para realização da segurança do Atlântico Sul, tais como: transporte aéreo, esquadras de grande mobilidade e porta-aviões;
- Proteção das linhas de comunicação atlânticas de forma a superar a dependência à outros países para segurança do oceano, pois no momento de bloqueio inimigo ao Atlântico Sul não podemos estar certos de apoio aliado (como no caso da Segunda Guerra Mundial);
- Capacidade de presença e defesa dos interesses nacionais através da integração de uma comunidade reunindo os esforços tecnológicos e militares de outros países vinculados à esta área (grande comunidade do Atlântico Sul ou Comunidade do Cone Sul<sup>13</sup>) ;

---

<sup>13</sup> Inicialmente esta Comunidade do Cone Sul contaria com Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai. Posteriormente os países africanos seriam incorporados, com destaque para Angola, Senegal, África do Sul, entre outros (MATTOS, 1977).

- Maior esforço político a fim de estreitar as relações comerciais com os países do Oriente Médio, África, das Guianas e do Caribe (Venezuela, Colômbia, ilhas antilhanas e América Central);
- Aumento do interesse estratégico nas vias comerciais vindas do leste para o oeste, devido à rota do cabo e o escoamento de petróleo originado no Oriente Médio;
- E por fim, participação em operações científicas na Antártica que possam ser traduzidas no futuro no pleiteio e ocupação de uma parte deste continente pelo Brasil (área estratégica devido aos recursos naturais e energéticos ali presentes).

Por fim, Meira Mattos revisa as informações já demonstrados anteriormente para resumir sua perspectiva para a geopolítica brasileira no fim do século XX. Além de recapitular as medidas anteriormente citadas no livro e as ações de integração e desenvolvimento da parte continental, o autor escreve que em relação à política marítima, espera-se que no início do século XXI, o país além de ter avançado na área tecnológica de extração de recursos naturais, tenha também incrementado a indústria naval, pois apenas com uma força naval desenvolvida e com o sistema de alianças com os vizinhos americanos e africanos a segurança do Atlântico Sul seria efetivada (MATTOS, 1977).

Em resumo, o pensamento geopolítico de Meira Mattos acerca da vertente marítima do Brasil, pode ser sumarizado nos seguintes pontos:

- Estratégia para o Atlântico Sul: Segurança atlântica até a costa africana e Antártica, e a manutenção da "ponte estratégica" entre o Atlântico e as massas afro-euro-asiáticas,;
- A costa atlântica da África seria a área de maior interesse para a defesa do Brasil em relação às demais no globo;
- Necessidade de mitigar a dependência do comércio marítimo às embarcações estrangeiras e revitalização da indústria naval;
- Delimitação do Mar territorial do país importante para o desenvolvimento e para as questões de fronteira;
- Estratégia atrelando desenvolvimento tecnológico, parceria com países sul-atlânticos e participação de operações na Antártica.

### **2.3. Pensamento da geógrafa Therezinha de Castro: Antártida e Atlântico Sul.**

Em seu livro "Geopolítica: Princípios, meios e fins" (1999), Therezinha de Castro propõe elaborar um manual conceitual e analítico sobre a área de conhecimento da Geopolítica aplicando-a ao caso brasileiro. A autora propõe uma Geopolítica de olhar para o futuro utilizando de conceitos e teorias anteriormente formuladas por autores como Ratzel, Rudolf Kjéllen, Mahan, Mackinder, entre outros.

No que tange à Teoria do Poder Marítimo formulada por Alfred Thayer Mahan, Therezinha de Castro ao descrever a tese deste autor sobre a superioridade dos mares diante à estratégia terrestre em importantes guerras após o século XVII, elenca os quatro fatores descritos pelo autor como decisivos ao Poder Marítimo, são eles: Posicionamento e fisiopolítica; Extensão territorial; Aspecto psicossocial - população e caráter nacional; e Política de Governo. A autora então, utiliza da análise sobre o Poder Marítimo inglês realizado por Mahan para extrair os seus fundamentos da estratégia naval e aplicá-los ao caso do Brasil (MAHAN, 1890, apud CASTRO, 1999).

Utilizando de tais fatores, a autora descreve sua análise sobre a importância do Brasil no contexto regional do Atlântico Sul. Primeiro através do seu posicionamento, no qual situa-se na costa oriental da América Sul, detentor da maior área de fronteira litorânea e situado em uma área de estrangulamento do Atlântico, entre Natal e Dacar, na qual faz parte da "ante-sala" para as áreas continentais do Hemisfério Norte. No que tange aos aspectos psicossociais, os quais são descritos como herança dos portugueses - uma vez que a maior parte da população brasileira habita as áreas próximas ao litoral, ainda resta ao país uma mentalidade marítima da população, mesmo com as políticas de integração do território nacional. Por fim, em relação ao aspecto político, a autora descreve o contexto político brasileiro como distinto do contexto no qual Mahan defendia a tese do Poder Marítimo para os Estados Unidos. (Ibdem).

Para a autora, inserido no aspecto político, o mar é um fator geopolítico fundamental para o Brasil, e devido à sua posição geoestratégica vantajosa, este país deve utilizar-se dos meios para o desenvolvimento marítimo e consequentemente econômicos. Therezinha utiliza da ideia de aproveitamento desta posição favorável do Estado brasileiro



através da construção de portos, bases, de uma frota mercante poderosa, arsenais e forças navais em complementaridade das ações civis para o desenvolvimento do potencial econômico brasileiro. Somado a isso, a autora observa que o contexto na qual está inserida, houve uma evolução no que tange à concepção da utilidade do Poder marítimo dentro da geopolítica dos países, uma vez que as atividades comerciais, pesqueiras, energéticas, entre outras com fonte no mar tornaram-se prioritárias para a Marinha, o Poder militar no mar é cada vez mais utilizado para aumentar a sua participação nos recursos oceânicos, e este deixou de ser uma fronteira natural segura (CASTRO, 1999).

Um exemplo disso é o demonstrado pela aspiração internacional sobre o mar territorial, na qual vários países buscaram afirmar sua soberania de 200 milhas náuticas e seus direitos de exploração e exploração dos recursos presentes nessa área. Essas reclamações, além de evoluírem para leis nas Conferências das Nações Unidas para o Direito do mar, são demonstradas pela autora como uma nova fonte de conflito internacional. Uma vez que desejosos de manter ou aumentar as rotas comerciais e as atividades de exploração econômica no mar, os países podem disputar entre si a extensão dos domínios marítimos de cada um (Ibdem).

No âmbito da Geopolítica Regional, no contexto de Guerra Fria, a autora demonstra que a posição do Brasil é de suma importância para defesa do Ocidente, pois é "uma peça importante numa região de contenção do Atlântico, ante uma área conflituosa caribenha com a presença de Cuba, e uma zona vulnerável que envolvesse as vias marítimas da costa da África Ocidental até o Índico" (CASTRO, 1999, p. 302). Levando em consideração a posição do Estado brasileiro na Ilha americana de proximidade às rotas marítimas estratégicas e a ausência de um Cinturão de Segurança no Atlântico Sul, a atuação desse país não seria descartada para a defesa hemisférica, e principalmente para os Estados Unidos, para o qual o Brasil deveria ser tratado como parceiro estratégico (Ibdem).

Segundo a autora, no que tange à comunicação marítima, a posição brasileira em relação ao Atlântico Sul também seria estratégica no que tange o crescente debate sobre as regiões polares no contexto das relações internacionais, pois, a massa líquida do Atlântico não oferece obstáculos ao contato com corredor sul, o da Antártica. Já em relação à topografia, o litoral brasileiro e o africano apresentam como desvantagem a proximidade das regiões abissais (superior à 5.000 metros) à suas costas. Essa característica é desfavorável à este litoral, pois, proporciona um "esconderijo ideal" para submarinos nucleares inimigos e facilita o ataque dos mesmos em tempos de guerra. A autora elenca

que os alvos em potencial desses submarinos além dos navios de guerra tradicionais, também incluem as plataformas de exploração de petróleo ou navios petroleiros (CASTRO, 1999).

Como resposta à potenciais ameaças no Atlântico Sul, a autora utiliza do pensamento de Meira Mattos (1980)<sup>14</sup> à respeito do quadro de defesa coletiva deste oceano. Segundo o autor, devido ao fato das marinhas na região não apresentarem, isoladamente, poder de influência suficiente para a conter as investidas soviéticas no Atlântico Sul, só é possível a defesa da região no contexto de aliança militar entre as nações (MATTOS apud CASTRO, 1999). Segundo Therezinha de Castro, o interesse para o Atlântico Sul no que tange à geoestratégia do Ocidente é decorrente da presença da influência soviética em Cuba, que constitui-se assim, uma base correspondente à realização dos interesses da URSS na África (Ibdem).

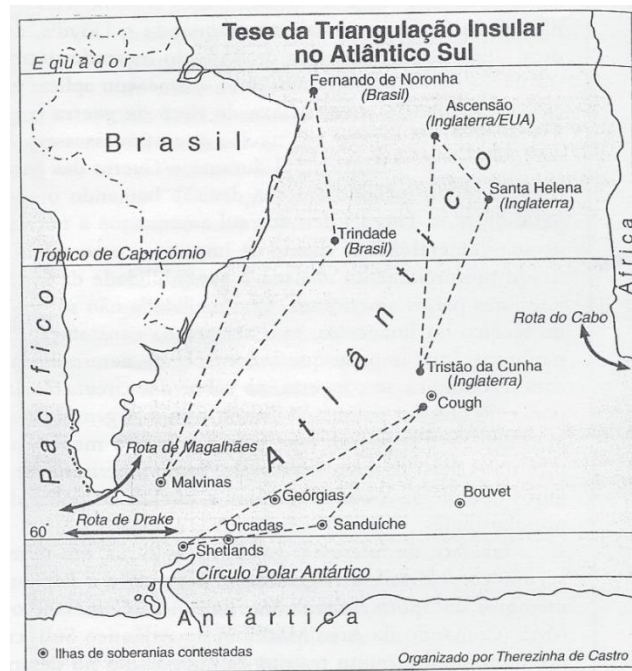
Outro ponto relevante da obra de Therezinha de Castro diz respeito à sua tese da Triangulação Insular no Atlântico Sul (ver figura 6). A autora demonstra que as ilhas presentes no sul do Atlântico apresentam importância estratégica tanto historicamente, para as rotas marítimas colonizadoras como uma forma de "esteira oceânica", como também são elementos-chave de valor geoestratégico no contexto em que Therezinha está inserida. A autora elenca três triângulos: *Ascensão- Santa Helena- Tristão da Cunha* (que possuem importância como base intermediária para chegada à América do sul, e de apoio na Rota do Cabo); *Malvinas- Trindade- Fernando de Noronha* (importância estratégica no que tange à manutenção da integridade do litoral do Brasil, Uruguai e Argentina); e o triângulo *Shetlands do Sul- Orcadas do Sul- Ough* (apresentam proximidade com a vulnerável Antártica e zona subantártica<sup>15</sup>) (Ibdem).

---

<sup>14</sup> "Atlântico Sul - Sua Importância Estratégica" - *A Defesa Nacional* nº 688 - Rio, 1980 - General Carlos de Meira Mattos

<sup>15</sup> Para Therezinha de Castro, a Antártica e a zona subantártica seriam áreas vulneráveis pois não apresentam estatuto político (CASTRO, 1999)

**Figura 6- Tese da Triangulação Insular no Atlântico Sul**



Fonte: "Figura 9: Tese da Triangulação Insular no Atlântico Sul" (CASTRO, 1999, p. 310)

Segundo a autora, mesmo que durante a Guerra Fria o Atlântico sul constituiu-se como o oceano menos militarizado do globo, depois do impasse envolvendo as Malvinas, o Brasil seguiu com o projeto de uma zona de paz e segurança. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS<sup>16</sup>). Therezinha de Castro descreve que essa instituição foi pensada pelo Brasil devido à dependência das vias marítimas para o comércio exterior deste país, e pela vontade brasileira de desviar do confronto Leste/Oeste, uma vez que as nações sul atlânticas não possuíam poder suficiente para enfrentar as superpotências, e interesse em focar nas relações Sul/Sul com os outros países da região (Ibdem).

De acordo com Therezinha de Castro, uma das finalidades da ZPCAS (utilizada como justificativa brasileira) é o da criação de uma identidade sul-atlântica como região. A autora observa que no contexto do Atlântico Sul não há uma estrutura psicossocial consolidada em comum entre os países africanos e os americanos. No caso da América Sul-Atlântica há presença de uma fundamentação geohistórica que conscientiza as nações para um "destino manifesto atlântico", o que não acontece no caso africano. Na África sul-atlântica há a base geográfica que une os países, mas não existem laços históricos que gere nos países tal mentalidade (Ibdem).

<sup>16</sup>A abreviação "ZPCAS" utilizada pela autora tem o mesmo significado que a abreviação "ZOPACAS", comumente utilizada nos textos acadêmicos e documentos oficiais.

Adiciona-se também na análise da geoestratégia do Atlântico Sul a importância vital das passagens do Cabo de Drake. Segundo a autora, tais corredores são essenciais para a mobilidade e ocupação das bases militares pelos lados inimigos na Guerra Fria. Ficaria a cargo principalmente da República da África do Sul a defesa da passagem do Cabo e ao Cone Sul a responsabilidade pela passagem de Drake. Segundo a autora, além da defesa nacional, é este caráter regional de defesa das passagens vitais que deve orientar o papel das armadas do ocidente, no que tange ao Atlântico Sul, nos próximos dez anos (CASTRO, 1999).

Em relação ao cone Sul, a autora descreve que o Tratado de Tordesilhas (1494) dividiu a América do Sul em duas zonas de influências. Essas áreas foram determinadas através dos oceanos que banham a região, o Atlântico e o Pacífico. Nestas zonas, a autora destaca como áreas de tensão o Canal do Beagle, o litoral boliviano e a região melhor posicionada em relação às demais que seria ela localizada no Atlântico, especificamente a foz do Prata. Devido a fatores geográficos, como por exemplo a mobilidade marítima, o desenvolvimento do Cone Sul voltou-se mais para o Atlântico em detrimento do Pacífico e o dinamismo marítimo concentra-se ao eixo da Bacia do Prata. Aliado a este fator, a autora elenca as características que fizeram o Brasil voltar para a Bacia do Prata os seus corredores de exportação, são eles: estrutura mais favorável; e as sua localização abrange o encontro das ferrovias, hidrovias e rodovias importantes tanto para agricultura como para a indústria (Ibdem)

Ao levar em consideração tal contexto para a análise geoestratégica do Brasil no Cone Sul, Therezinha de Castro descreve que

"o papel do Brasil é importante a despeito do seu território não atingir, como o Chile e da Argentina, o extremo sul. É que o Cone Sul, como um apêndice continental, tem seu valor geoestratégico pela cunha que faz no Atlântico/Pacífico; e embora não chegue até a região dos Canais e Estreitos, nesse apêndice a participação do Brasil é essencial, quer pelo manejo ativo que exerce na costa atlântica, quer pela atração dinâmica leste/oeste que mantém na Bacia do Prata." (CASTRO, 1999, p. 349)

Outro ponto de destaque dado pela autora à cartografia do Cone Sul é sua projeção natural para a Antártica, África e remotamente a Austrália. Reconhecida por seu trabalho dedicado a reivindicação de parte do território daquela primeira área pelo Brasil, a autora elabora uma seção em seu livro dedicada aos fatores geoeconômicos e geoestratégicos no que concerne à Antártica. Em relação aos fatores geoeconômicos, Therezinha de Castro justifica a importância estratégica da Antártica como região rica em

minerais, petróleo, água potável, fauna marinha, como também é uma região favorável a estudos sobre a atmosfera - fatores que levaram inúmeros países a reclamarem seus direitos no sexto continente desde o fim do século XIX <sup>17</sup>(CASTRO, 1999).

Em relação aos fatores geoestratégicos, Therezinha de Castro alerta para a possibilidade da Antártica se tornar uma base para ofensiva de um inimigo direcionada toda a região do Cone Sul. O Glacial Ártico não se encontra tão distante do continente sul-americano como historicamente se imaginava. Através do avanço das tecnologias de comunicação, principalmente no que tange às operações aerotransportadas e facilitadas pelos movimentos das correntes marítimas vindas das Malvinas no Atlântico, e de Humboldt no Pacífico, a distância (geográfica e de tempo) entre a Antártica e a América do Sul encurtou, facilitando ações diretas daquela área para com o Cone Sul (Ibdem).

Tomando noção deste quadro, a autora propõe a Teoria da Defrontação, na qual o Brasil deve guiar-se pelo equador terrestre e pela convenção do *International Hydrographic Buereau*, a qual afirma que o mar austral na verdade é um prolongamento do Atlântico, do Índico e do Pacífico, e reivindicar sua presença na Antártica. Segundo Therezinha, diante do contexto da Geopolítica Regional, nota-se que a defesa da América do sul baseia-se principalmente na vertente marítima e uma vez que inexistem barreiras que bloqueiem a passagem entre tais oceanos e o Glacial Antártico, é de suma importância que o Brasil salvguarde os vasos de comunicação interoceânicos presentes em tal região, uma vez que estes se constituem como corredores vitais de circulação para fins pacíficos e militares (Ibdem).

O acervo bibliográfico de Therezinha de Castro vai muito além do que analisado aqui. A autora viveu até os anos 2000 e, por tanto, possui uma gama de estudos ampla em contextos distintos. Buscou-se nessa seção priorizar os trabalhos mais reconhecidos da autora - sobre a importância do Atlântico Sul para a segurança hemisférica e a reivindicação brasileira de seu espaço no continente Antártico - os quais foram formulados ainda no período da Guerra Fria. Devido à questão temporal, a análise do papel do Atlântico Sul após o conflito bipolar será tratado no capítulo seguinte.

---

<sup>17</sup> Segundo Therezinha de Castro, o interesse pela Antártica data desde a realização do 1º Ano Polar (1882-1883), momento este no qual 12 países desenvolveram estudos sobre o Ártico e descobriram fontes de riquezas naturais na região. Com o passar do tempo novas nações foram despertando seu interesse pela Antártica, a exemplo da inscrição de 40 países (incluindo o Brasil) no Ano Geofísico Internacional (CASTRO, 1999).

Em síntese, o pensamento geopolítico de Therezinha de Castro, descrito acima, pode ser resumido nos seguintes tópicos:

- Desenvolvimento marítimo atrelado ao desenvolvimento econômico;
- Domínio Marítimo como nova fonte de conflito;
- Atuação do Brasil na defesa hemisférica;
- Teoria da Defrontação: Reivindicação da parcela brasileira na Antártica;
- Tese da Triangulação Insular do Atlântico Sul;
- Identidade sul-atlântica nos países Americanos;
- Geoestratégia do Brasil para o Cone Sul.

### **3. Atlântico Sul e a Amazônia Azul**

Este capítulo, assim como os anteriores, está dividido em três subseções. O primeiro tópico irá abordar o impacto histórico-político do pós- Guerra Fria nas análises sobre a segurança no Atlântico Sul. O segundo tópico irá aprofundar essa análise, versando sobre a geopolítica para o oceano sul-atlântico após o fim do conflito bipolar. Finalmente, a última seção tratará sobre a construção do conceito estratégico de Amazônia Azul, como também sobre as políticas e estratégias para Defesa e Segurança <sup>18</sup>dessa região.

#### **3.1. O Atlântico Sul no Pós Guerra Fria: Impacto histórico-político**

Com o fim da Guerra Fria, acreditava-se que o mundo viveria em um novo panorama de relações internacionais no que tange a paz e segurança. Esperava-se um contexto internacional pacífico, mais seguro - perceptível na redução dos gastos militares mundiais<sup>19</sup>. Entretanto, a dissolução da URSS não representou o fim dos conflitos no mundo. A partir do fim da bipolaridade emergiram novas questões e novos tipos de conflito. Nesse novo tabuleiro geopolítico mundial, como explica José Augusto Moura (2014), as questões de segurança e defesa sofreram impactos diretos do contexto econômico internacional e da distribuição de riquezas (MOURA, 2014).

A partir de então, buscavam-se novas justificativas para determinar de onde viriam as pressões aos Estados, qual seria o novo inimigo e consequentemente a legitimidade para o emprego da Força Armada. Ao avaliar o contexto pós-Guerra Fria e as

---

<sup>18</sup> Ressaltando que as concepções de Defesa e Segurança utilizadas neste trabalho seguem a definição da Política de Defesa Nacional do Brasil, 2012. Portanto, Segurança é a condição de garantia da soberania, integridade territorial e dos direitos constitucionais, e Defesa o conjunto de ações para se alcançar tal Segurança (BRASIL, 2012).

<sup>19</sup> Segundo Moura, mesmo com a presença de conflitos como as guerras do golfo (1990-1991) e na antiga Iugoslávia(1991-1997), os gastos militares mundiais decresceram no período entre 1990 e 1998 (MOURA, 2014)

fontes de conflito, Pinõn (2013) aponta para as mudanças decorrentes do fim do conflito bipolar, segundo o autor

"Da disputa pelo controle de um país, surgem dois novos Estados; é da garantia do abastecimento de energia que surge a intervenção em nome da democracia ou dos direitos humanos; é das nações sem governo e deixadas à margem da comunidade internacional que surgem os grupos criminosos, as armas nucleares ou químicas sem controle e, com elas, a ameaça à ordem mundial vigente" (PINÕN, 2013, p.172).

As fontes de conflito e pressões externas aos Estados no contexto pós Guerra Fria ampliaram-se. Nesse momento, as manifestações de insegurança podem ser encontradas tanto na esfera econômica, como na política, social, ambiental, militar, entre outras. Segundo José Moura, o Brasil não está livre da possibilidade de pressões externas no novo contexto de transição da política internacional, e para a avaliação da estratégia de segurança e defesa à contenção dessas pressões, deve-se passar necessariamente pela análise do cenário marítimo (MOURA, 2014; REIS, 2014).

Com o fim da Guerra Fria, o cenário marítimo não perdeu sua importância estratégica, pelo contrário, no momento de aceleração do processo de globalização, o mar apresenta-se como um fator importante às nações devido à "possibilidades que os espaços marítimos oferecem para o comércio, a exploração dos seus recursos, o transporte de pessoas e (..) a disseminação de ideias" (SILVA, 2014, p. 200). No novo contexto internacional, as questões sobre os recursos biológicos, energéticos e minerais passaram a ter maior relevância para os Estados, principalmente, sobre as potencialidade dos recursos marítimos e as consequências das modificações climáticas (Ibdem).

No que tange ao Atlântico Sul, durante a Guerra Fria, esse oceano serviu como condicionante para o emprego e a preparação das forças navais das nações americanas. Segundo Sérgio Aguilar (2013), as hipóteses de guerra que inspiraram os planos de defesa dos países latino-americanos eram: conflito regional entre vizinhos; Guerra revolucionária internamente decorrente dos movimentos de esquerda; E uma guerra extracontinental contra o avanço das forças soviéticas. No quadro de defesa do Ocidente, atribuíam-se às nações sul-americanas o papel fundamental de defesa do Atlântico Sul e do Pacífico em uma aliança comandada e patrocinada pelos Estados Unidos (AGUILAR, 2013).

No decorrer da Guerra Fria, mesmo com a realização de vários exercícios e manobras conjuntas entre as marinhas para a defesa do Atlântico Sul contra um inimigo



comum<sup>20</sup>, surgiu na década de 1970 a proposta de criação de um mecanismo de defesa coletiva nos moldes da OTAN, a Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS). Essa organização envolveria Argentina, Brasil, Paraguai e África do Sul, entretanto, o Estado brasileiro rejeitou a proposta desse tratado justificando que

"em nada somaria à segurança dos países envolvidos, seria inócuo pois a força naval dos envolvidos não era compatível com a área a ser defendida, podendo ainda ser prejudicial aos interesses nacionais em relação à África" (AGUILAR, 2013, p.51)

Rejeitada a proposta de um mecanismo de defesa coletiva, anos mais tarde, o Brasil se engajou na criação de um organismo regional para integração e elaboração de soluções comuns para a segurança do Atlântico Sul. Aproveitando-se do fato de que essa região não era considerado como área prioritária estratégico ou geopoliticamente para as grandes potências, o Brasil teve aprovada em 1986 sua proposta pelas Nações Unidas da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) (AGUILAR, 2013).

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul é composta por países tanto da América do Sul, como da África (que são banhados pelo oceano em questão) e apresenta-se como um fórum multilateral para discussão das questões de segurança e cooperação entre as nações membros. Além de uma estratégia da política externa brasileira para estreitamento das relações internacionais com os países sul atlânticos, a ZOPACAS é vista como um meio para a criação de uma bacia econômica com finalidades políticas, como por exemplo, para construção de uma identidade comum (a identidade sul atlântica). A proposta de formação de uma bacia econômica também envolve a possibilidade de, através da criação dessa identidade mútua, formalização de mais uma regionalização do espaço. Essa regionalização, com base nos oceanos, seria dividida em: Atlântico Sul, Atlântico Norte, Pacífico Sul, Pacífico Norte e Índico (PESCE, 2012b; GONZALEZ, 2014).

A partir do Fim da Guerra Fria, o Atlântico Sul assumiu novo papel para a segurança e defesa do continente americano. A proposta de defesa continental contra um inimigo comum, liderada pelos Estados Unidos<sup>21</sup>, já não aplicara-se ao contexto, e cada país seguiu com estratégias próprias. A ZOPACAS foi mantida e as operações conjuntas e jogos de guerra continuaram a ser realizados no oceano sul-atlântico, mas nesse novo contexto, ambos apresentavam cada vez mais caráter de fomentadores de confiança mútua

---

<sup>20</sup> Entre os exercícios conjuntos realizados no Atlântico Sul pode-se citar: a Operação Unitas, as Operações Expanded Sea, Ocean Ventura, Export Gold, Atlantis e a operação Cimarrón (AGUILAR, 2013)

<sup>21</sup> A exemplo da falta de apoio estadunidense à Argentina no conflito com a Inglaterra sobre as Ilhas Malvinas.

e preparo das técnicas das forças armadas dos países. A exemplo das operações Araex, Temperex, Atlasur e o jogo de guerra denominado Transamérica (AGUILAR, 2013).

Nesse cenário, as hipóteses de conflitos são mais distantes, entretanto, há a necessidade de ressaltar que o Atlântico Sul não está livre de conturbações. Esses focos de tensão que permeiam a região e podem escalar para um conflito são elencados pelo Vice-Almirante Fernando Manoel Diégues (2010) como: instabilidade nos países ribeirinhos (principalmente da costa africana); Guerrilha associada ao narcotráfico; aproximação entre Venezuela e Rússia; Contenciosos territoriais (como, por exemplo, entre Venezuela e Colômbia<sup>22</sup>) ; Organizações criminosas transnacionais (atuantes no tráfico de drogas, pessoas e armas, como também na pirataria); E a presença de potências extrarregionais na região (Inglaterra, Estados Unidos e China) (DIÉGUES, 2010). Para o entendimento da Geopolítica acerca do Atlântico Sul no pós Guerra Fria, serão explanadas em profundidade no tópico a seguir as fontes de instabilidades elencadas anteriormente por Diégues (2010).

### **3.2. Geopolítica para o Atlântico Sul no Pós Guerra Fria**

Acerca da instabilidade nos países ribeirinhos, no Atlântico Sul, tais conflitos concentram-se mais na costa africana. Os focos de atrito podem ser encontrados por vários pontos da margem africana, porém, o ponto de maior preocupação é o litoral da Nigéria. No delta do Níger, a ação de criminosos armados, piratas e separatistas políticos <sup>23</sup>são alvos de preocupação dos países vizinhos como também de potências extrarregionais (uma vez que a Nigéria é o maior produtor de petróleo na África). Além da Nigéria outros países africanos também têm histórico de instabilidade, como por exemplo Guiné Bissau. Tais instabilidades provém de inúmeros cenários de riscos, entre eles: conflitos políticos,

---

<sup>22</sup> O contencioso territorial envolvendo Colômbia e Venezuela diz respeito ao Lago de Maracaibo (DIÉGUES, 2010).

<sup>23</sup> Nessa região, o conflito entre grupos separatistas são decorrentes da rivalidade entre grupos minoritários, como os Ijaw e Ogini, também no caso da Nigéria existem contradições entre a etnia Iorubá (cristãos do sul - região mais rica) e a etnia Hauçá (muçulmanos do norte - mais pobres) (PENNA FILHO, 2013; MIGON; SANTOS, 2013).

conflitos armados, migrações forçadas, insegurança alimentar, insegurança hídrica, proliferação de epidemias, entre outros (MIGON; SANTOS, 2013; PENNA FILHO, 2013).

Outra fonte de instabilidade na região do Atlântico Sul é decorrente da Guerrilha associada ao narcotráfico. O caso mais emblemático na região é o da Colômbia. A ameaça para a estabilidade regional decorre da possibilidade do transbordamento do problema do tráfico de drogas associada à grupos paramilitares armados da Colômbia para outros países. Um exemplo disso, foi o desentendimento ente o governo colombiano e o equatoriano em 2008 acerca da invasão do território do Equador por tropas da Colômbia com a finalidade de ataque à um grupo de guerrilheiros. Outro exemplo de ameaça à estabilidade regional é o desentendimento com a Venezuela, quando o governo colombiano acusou em 2010, o presidente venezuelano de abrigar guerrilheiros colombianos em seu país (DIÉGUES, 2010).

O terceiro cenário de fonte de instabilidade para o cenário geopolítico do Atlântico Sul, elencado por Diégues (2010), provém da aproximação entre Venezuela e Rússia. Além de ser o maior consumidor de material bélico russo na América Latina, a Venezuela mantém acordos entre marinhas, e com o setor da indústria espacial Rússia. Os dois países firmaram acordo também para construção de uma usina nuclear no território venezuelano e para a realização de exercícios conjuntos no Caribe. Tais medidas em um momento imediato não apresentam-se como fontes imediatas de conflito, porém, em outro momento podem escalar para um confronto entre interesses com os demais países da região e envolver o interesse de potências extrarregionais (Ibdem).

No que tange ao cenário de reforço do ambiente de tensão decorrente de contenciosos territoriais, pode-se citar o caso das contestações venezuelanas. A Venezuela mantém um desacordo com a Colômbia acerca do Lago de Maracaibo e reivindica mais da metade do território da Guiana. Assim como a questão da sua aproximação com a Rússia, esses contenciosos não apresentam-se como ameaças de conflito eminentes na região, entretanto, também podem escalar para um conflito que altere a geopolítica dos países (Ibdem).

Uma fonte de instabilidade bastante abordada nos estudos geopolíticos para o Atlântico Sul é a presença de Organizações criminosas na região, como por exemplo: piratas, traficantes de drogas, armas e ou pessoas<sup>24</sup>. Acerca do tráfico de drogas, além do

---

<sup>24</sup> O tráfico de pessoas na África é realizado por grupos criminosos que aproveitam-se da instabilidade econômica e política dos países para oferecerem a possibilidade de uma vida melhor para os africanos em

caso colombiano, tem-se o caso crítico de Guiné Bissau. Esse país apresenta-se como receptor de um número alarmante de drogas, principalmente provenientes da América do Sul. Somado à outros países da África Ocidental, esses países constituem-se como centros de tráfico de cocaína, o que eleva o risco de conflitos e instabilidade na região (PENNA FILHO, 2013).

Sobre a pirataria, muitos estudos abordam a questão da atividade de grupos criminoso no chifre da África (principalmente Somália), porém na região do Atlântico Sul também ocorrem delitos de tal origem (ocorrências situadas principalmente no Golfo da Guiné). Entre 2001 e 2008 foram contabilizados ataques a 21 países da região. Essa insegurança originada dos problemas econômicos, políticos e sociais em terra, gera por consequência a preocupação com a navegação pelos países ribeirinhos, também chama atenção das potências extrarregionais (como Estados Unidos) (PESCE, 2012b; PENNA FILHO, 2013).

Por fim, outro cenário recorrente nas análises das fontes de instabilidade para a Geopolítica do Atlântico Sul provém da presença/ interesse das potências extrarregionais na região. Historicamente, a região do Atlântico Sul conformou-se como área de interesse das potências localizadas fora do continente para exploração de recursos naturais, mercados e como colônias no além mar. Entretanto, no contexto pós Guerra Fria, a questão colonial e a preocupação com a presença de navios soviéticos foram abandonadas, e os interesses para com a região apresentam características principalmente voltada para a área estratégica e comercial (DIÉGUES, 2010, PENNA FILHO, 2013; SILVA, 2014).

Nos estudos sobre a geopolítica para o Atlântico Sul são recorrentes as abordagens sobre a presença dos interesses das antigas metrópoles (Inglaterra, França e Portugal) como também dos Estados Unidos e da nova potência em ascensão, a China. Os interesses da França e de Portugal para o Atlântico Sul são observados principalmente através do contato com as antigas colônias. Além da questão do território ultramarino da Guiana Francesa, a França apresenta um histórico de relação comercial com os países africanos, porém também, de intervenções sob a égide da ONU nos conflitos intraestatais na África. Já Portugal, além de enxergar a região como estratégica para sua economia, o país afirma que não constitui-se como um ator estranho à esse oceano (PENHA, 2011; PENNA FILHO, 2013).

---

outros países. Concentrado principalmente no litoral senegalês, esse transporte clandestino oferece risco à vida das pessoas e desafiam as autoridades estrangeiras e locais (PENNA FILHO, 2013).

Portugal, por não se sentir "estranho" ao Atlântico Sul e reafirmar interesses econômicos e estratégicos para com a região, já propôs a atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no oceano sul atlântico em parceria com os países africanos e o Brasil. Essa proposta (em conjunto com os Estados Unidos), além de justificar a presença da OTAN como parceiro para segurança do Atlântico Sul, eliminaria a divisão entre Atlântico Norte e Sul, fundando uma bacia do Atlântico. Porém, o Brasil rejeitou a ideia de "atlantização" da região, uma vez que a presença da OTAN no sul do Atlântico não é vista de maneira positiva - como por exemplo, com a reativação da IV Frota, os outros países sul atlânticos e o Brasil <sup>25</sup>apresentaram uma "sensação negativa" à possibilidade de militarização e ações dessa organização no Atlântico Sul (PENNA FILHO, 2013).

Com relação ao interesse chinês para a região, nota-se uma atenção crescente e especial voltada para a África. Segundo Eli Alves Penha (2011)

"O interesse da China pela África se intensificou a partir de 1993 quando o país entrou em disputa mundial por recursos minerais, devido à perda de autossuficiência em petróleo. Para tanto, adotou uma estratégia de buscar parcerias com países dotados de reservas deste recurso e onde as empresas norte-americanas tivessem dificuldade de atuarem."(PENHA, 2011, p. 212).

A estratégia de relações entre China e a África extrapola a relação troca de investimentos chineses pelos recursos minerais (principalmente petróleo) com os países africanos, e adentra também ao campo militar. A indústria bélica chinesa ficou na segunda colocação como maior exportadora de produtos para o continente africano entre 1996 e 2003. Esse número elevado de exportação de material bélico deriva da política ampla e global chinesa, que contraria a tendência dos países ocidentais em impor sanções econômicas ou condicionamentos políticos à países que tiveram seu regime político "condenados" (ou denúncias relativas aos direitos humanos) a nível internacional, como por exemplo em Darfur ou no Zimbábue (PENNA FILHO 2013, PENHA, 2011).

Junto com outros países que também mantêm relações comerciais com os países africanos banhados pelo Atlântico Sul (Índia, Rússia, Brasil, Austrália), a aproximação da China com a África também é vista como uma tentativa de contrapor o unilateralismo norte-americano. Essas potências emergentes buscam diminuir o controle hegemônico dos Estados Unidos no nível internacional e não permitir que esse país se aproveite das regiões

---

<sup>25</sup>Segundo Pio Penna Filho, no sub-continente sul americano, o único país que admite de forma positiva ações dos Estados Unidos é a Colômbia (PENNA FILHO, 2013)

ricas de petróleo e gás (tal atuação já é vista com alarme pelo governo norte-americano) (PENHA, 2011).

Em relação aos Estados Unidos, o interesse norte-americano para o Atlântico Sul envolve diversas esferas: militar, política, comercial e energética. Militarmente, o interesse norte-americano para essa área volta-se principalmente para questão naval, segundo Silva (2014) os Estados Unidos "como superpotência marítima, têm capacidade para atuar globalmente e, como um dos maiores beneficiários da globalização, lideram os esforços para manter o sistema marítimo mundial protegido contra ameaças" (SILVA, 2014, p. 205).

As ameaças detectadas pelo país voltam-se principalmente para a atuação de piratas e grupos terroristas (preocupação que escalou com os ataques de 2001 ao país). Mesmo com um Poder Naval superior, a quantidade de navios e aparelhamento norte-americano não é suficiente para o controle total do sistema marítimo mundial, então, o país lançou a proposta da "Marinha dos mil navios". Essa proposta de parceria com outras marinhas para controlar as rotas no mar não foi amplamente aceita, pelo contrário, a possibilidade de atuação dos Estados Unidos à nível extraregional é vista com certa preocupação (SILVA, 2014).

Além da questão da pirataria e dos grupos terroristas (extremistas religiosos), Silva aponta para outros cenários vistos pelos Estados Unidos como fontes de ameaça, tais são: a questão da imigração ilegal; Tráfico de drogas; Existência de governos com políticas anti-americanas na América do Sul, os quais mantêm relações com outros governos (extrarregionais, a exemplo da articulação russo-venezuelana) que também possuem viés anti-americanista, como por exemplo o Irã (junto à Bolívia); Segurança do Canal do Panamá - interesse que ele esteja livre para navegação; Manutenção da Segurança das vias de comunicação marítimas do Atlântico Sul e dos recursos naturais nele presentes (Ibdem).

No que tange à questão comercial e energética, os Estados Unidos desviaram parte de suas importações de petróleo do Golfo Pérsico para o Golfo da Guiné. Segundo Eli Alves Penha (2011), a estratégia militar norte-americana se entrelaça com seus interesses energéticos na região. A atuação militar crescente na região do Atlântico Sul é justificada pelo país através do desejo de manutenção da segurança da produção e das empresas petrolíferas no continente contra ameaças terroristas. Essa atuação, como também no caso da China, concentra-se mais para a costa litorânea africana e segue duas

diretrizes geopolíticas: uma voltada para o cinturão terrestre na região do Sahel, e a outra voltada para o Golfo da Guiné (PENHA, 2011).

Essa diretriz geopolítica voltada para o Golfo da Guiné, engloba a atuação do AFRICOM<sup>26</sup> como um comando de segurança costeira e regional a longo prazo. A Guarda do Golfo da Guiné destina-se a

"melhorar a segurança física dos portos da região; promover a segurança coletiva e de cooperação marítima; estabelecer uma rede de comunicações e controle dos navios e das suas movimentações instalado nas ilhas de São Tomé e Príncipe; e exercer um controle mais direto em Angola e Nigéria, os dois grandes produtores de petróleo e com maior influência regional." (PENHA, 2011, p. 214-215)

Por fim, nota-se claramente que a geopolítica para a região envolve a questão política, estratégica com a dimensão comercial e energética. Essa geopolítica para o Atlântico Sul, baseada nos recursos naturais (principalmente petróleo), decorre do crescente interesse dos países industrializados (grandes potências) nos recursos marítimos presentes na região, principalmente África. Com os óbices para a extração e transporte do petróleo do Golfo Pérsico, os Estados Unidos passaram a dar mais atenção ao Golfo da Guiné (dois motivos: geografia e estratégia). China também está interessada no mercado africano (aproveitando-se da dificuldade dos EUA de estabelecer acordos na região). A Índia também tem interesses, entretanto, tais interesses são históricos, com a diáspora indiana. (PESCE, 2012a; PENHA, 2011).

Na geopolítica dos recursos naturais e de rota marítima, a relevância estratégica do Golfo Pérsico se estende ao Atlântico Sul. Esse interesse crescente no Atlântico Sul gera novos desafios para as relações entre Brasil e África (se serão condicionadas ou condicionarão a geopolítica do Atlântico Sul) (PENHA, 2011).

Indefinição de região integrada: Os cortes nos orçamentos para defesa dos países sul-atlânticos apresenta-se como um risco que facilita a dependência da capacitação naval das grandes potências; projetos econômicos que priorizem outras áreas/regiões limitadas e seguir as propostas de globalização do norte; "claras dificuldades em materializar esta cooperação em bases mais sólidas", ou seja, as nações sul-atlânticas apresentam interesses dispersos para essa região, por considerarem outras áreas como mais estratégicas para seu

---

<sup>26</sup> O AFRICOM (United States Africa Command) é o comando de operações dos Estados Unidos na África que é responsável pela proteção de nacionais e empresas norte-americanas na África, além da promoção da segurança regional africana atuando para prevenção da escalada de conflitos e de ameaças transnacionais (AFRICOM, 2016)

interesse nacional, o projeto de construção de uma bacia econômica e posteriormente de uma identidade regional não avançará(PENHA, 2011).

Essa indefinição de região integrada é o que leva a região ser caracterizada pelo autor como rota marítima constituída por um relativo "vazio estratégico". Para Eli Penha, esse vazio estratégico se não aproveitado pelos Estados da região, serão utilizados pelas potências mundiais para extração dos recursos naturais (principalmente os minerais e petróleo) (Ibdem).

### **3.3. Amazônia Azul como conceito estratégico**

O conceito de "Amazônia Azul", cunhado em 2004 pelo Almirante Roberto de Guimarães Carvalho, na época comandante da Marinha, foi apresentado pela primeira vez em um artigo no jornal *Folha de São Paulo*. Ao tratar da extensão e importância das águas sob jurisdição brasileira, o Almirante descreve como outra Amazônia, porém, Azul. O comandante tinha por finalidade, estabelecer uma relação valorativa entre a vertente continental e marítima brasileira, as quais apresentam importância econômica política e estratégica para o Brasil e assim, despertar o interesse nacional para a importância do mar (BAKKER, 2014; GONÇALVES, 2012).

Entretanto, esse interesse pelas águas jurisdicionais brasileiras não surgiu no século XXI. Devido ao caráter fluido das fronteiras marítimas e a necessidade de reconhecimento internacional da projeção da Plataforma Continental, no Brasil convencionou-se seguir as convenções internacionais para o direito do Mar desde a metade do século XX. A conferência de maior destaque para o Livro Branco de Defesa Nacional (2012) foi a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), realizada em 1982. Mais conhecida como Convenção da Jamaica, essa conferência apresentou-se como um marco importante para o Regime internacional das águas, no qual foram delimitados conceitos estratégicos sobre o mar, como por exemplo: Mar Territorial, Zona



Contígua, Zona Econômica exclusiva e Plataforma Continental (PAIVA, 2015; BRASIL, 2012c)

Entre as medidas propostas pela CNUDM, pode-se descrever entre as mais importantes a definição de:

"um mar territorial (MT) de 12 milhas náuticas (22 km), contadas a partir de uma linha de base no continente; uma zona contígua (ZC), adjacente ao MT, que se estende das 12 até as 24 milhas náuticas; e uma zona econômica exclusiva (ZEE), faixa de 188 milhas náuticas, adjacente ao mar territorial (incluindo a ZC). A CNUDM estabeleceu, ainda, que os Estados poderão pleitear aumento de suas ZEE, caso cumpram determinados critérios técnicos, até uma extensão máxima de 350 milhas náuticas (648 km)" (BRASIL, 2012c, p.41).

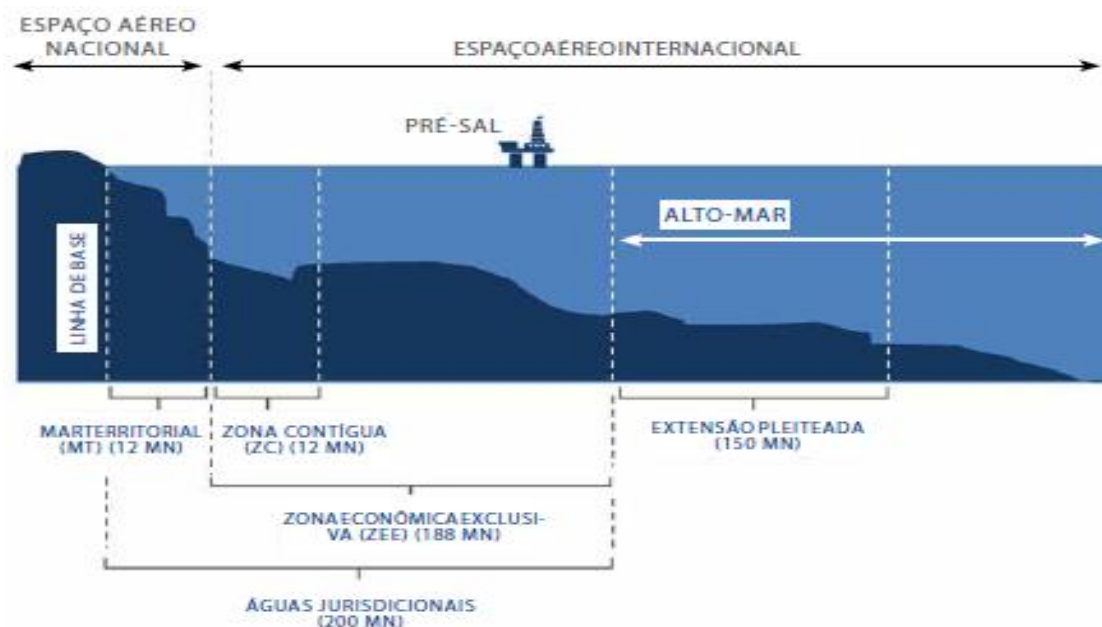
O Brasil, que participou da Conferência descrita acima, ratificou em 1988 as recomendações propostas (ver figura 7, a qual descreve os limites propostos pela CNUDM, adotados pelo Brasil), entretanto, a Conferência entrou em vigor apenas no ano de 1994, quando foi ratificada por 60 países. Em 2012, a Convenção já tinha sido adotada por 152 países, entretanto, grandes potências ainda não aderiram à esse Regime do Mar, o que, segundo o Livro Branco, pode ser uma fonte de conflito no futuro (Ibdem).

Na legislação brasileira, a disposição responsável pela caracterização dos direitos de soberania da Plataforma Continental, Zona Contígua, Zona Econômica Exclusiva e do Mar territorial, é a Lei nº 8.617 de 4 de Janeiro de 1993. No capítulo um da lei, ao tratar sobre o Mar Territorial, além de determinar sua extensão (12 milhas náuticas), são dispostos o direito soberano sobre essa área e as disposições sobre a presença de navios estrangeiros, as quais são permitidas desde que não violem à paz e obedeçam os regulamentos impostos pelo Governo do Brasil (BRASIL, 1993).

Em relação à Zona Contígua, determina-se a extensão até 24 milhas marítimas desde o Mar Territorial. Nessa Zona, as medidas dispostas pelo Governo têm caráter de fiscalização para contenção de atos irregulares de acordo com as leis aduaneiras, fiscais, sanitárias, de imigração ou de violação do território nacional. Sobre a Zona Econômica Exclusiva é determinada também sua extensão (até 200 milhas) e os direitos de soberania do país para essa região. Entre eles estão: o direito de exploração, utilização e gestão econômica dos recursos naturais presentes no leito e no subsolo; a gestão das atividades de pesquisa científica marinha, na qual a investigação científica marítima realizadas por outros Estados é permitida ou não pelo consentimento brasileiro; E a disposição sobre a realização de manobras militares estrangeiras, a qual também é permitida apenas com o consentimento do Governo do Brasil (Ibdem).

Por fim, sobre a Plataforma Continental brasileira, são definidos os direitos de exploração dos recursos naturais, da regulamentação de perfurações, sobre a instalação de cabos ou dutos e de investigação científica marinha (Ibdem).

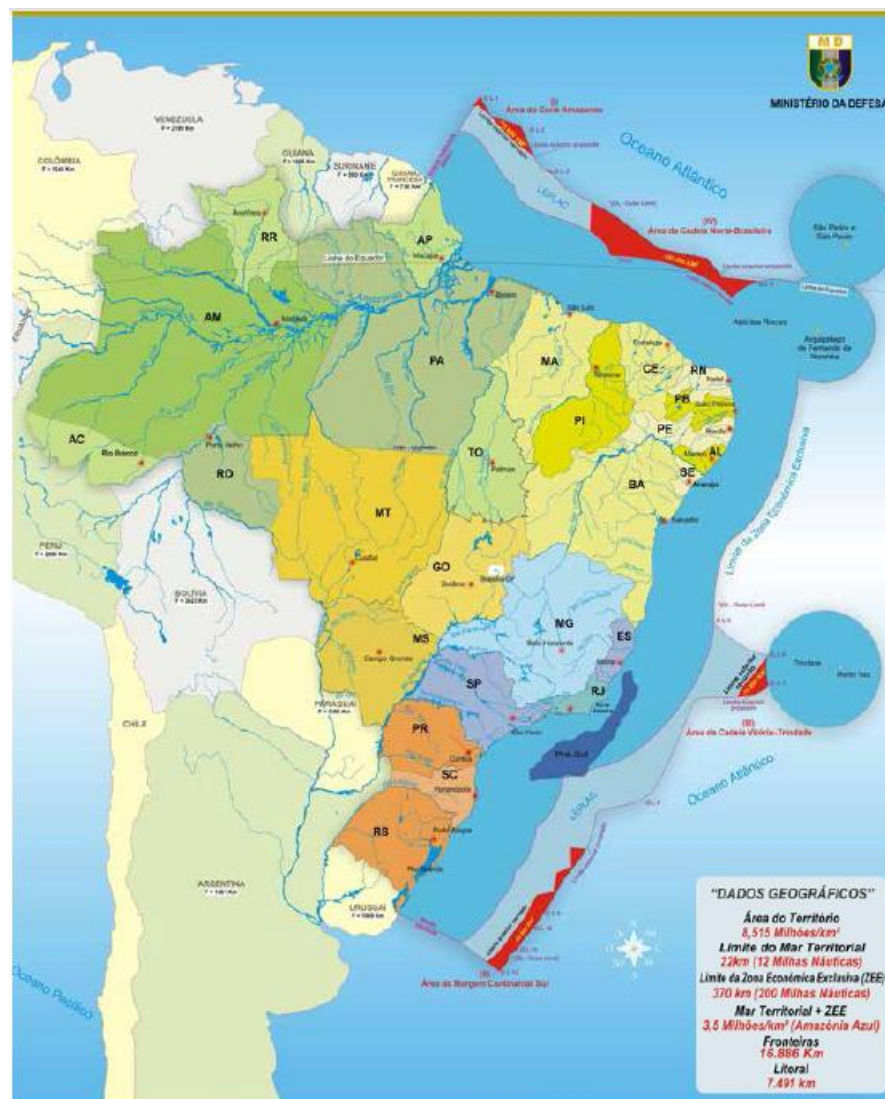
**Figura 7 - Limites Impostos Pela CNUDM**



Fonte: "Limites Impostos Pela CNUDM" (BRASIL, 2012c, p. 42)

Como dito na introdução deste trabalho, em 2004, novos esforços foram despendidos pelo Brasil no que tange ao Regime internacional das águas. Uma vez que, a CNUDM demonstra que os países podem reivindicar o aumento da sua Zona Econômica Exclusiva, com justificativas e estudos comprobatórios, o Brasil engajou-se no pleiteio de 960 mil km<sup>2</sup> para sua Plataforma Continental (além das 200 milhas náuticas). Somado à dimensão das águas jurisdicionais convencionadas anteriormente, a extensão da Plataforma Continental brasileira passaria a 4,5 milhões de km<sup>2</sup>, a qual é a área atribuída à Amazônia Azul (ver caracterização da Amazônia Azul na figura 8) (BRASIL, 2012c, BAKKER, 2014).

### Figura 8 - Caracterização da Amazônia Azul



Fonte: "Caracterização da Amazônia Azul" (BRASIL, 2012c, p. 43).

Logo após isso, o termo Amazônia Azul passou a ser empregado pela Marinha e pelas instâncias responsáveis pela estratégia de defesa do país. Em 2005, a Política de Defesa Nacional (PDN)<sup>27</sup>, ao tratar da importância estratégica do Atlântico Sul para o Brasil, utiliza do conceito de Amazônia Azul para enfatizar a importância da Plataforma Continental do país. Nesse documento não são delimitadas ações específicas para essa região, entretanto, enfatiza-se a relação entre sua relevância estratégica com a presença de

<sup>27</sup> Mesmo com uma publicação posterior, em 2012, a Política de Defesa Nacional manteve o mesmo discurso em relação à abordagem da importância estratégica da Amazônia Azul. No Documento posterior não foi aprofundado o debate sobre sua importância estratégica (BRASIL, 2005; 2012a)

recursos naturais (petróleo, gás e potencial pesqueiro) e com a necessidade de resguardar as linhas de comunicação marítimas, em um cenário de interdependência econômica do comércio exterior (BRASIL, 2005).

A Estratégia Nacional de Defesa (END) (2008; 2012b) abarca a discussão ausente na PDN (2005) sobre os objetivos estratégicos e táticos da Marinha brasileira para suas águas jurisdicionais - fatores que são substrato para a elaboração de sua Doutrina de desenvolvimento desigual e conjunto<sup>28</sup>. Em relação aos objetivos da marinha estão presentes: a defesa de plataformas de petróleo; Defesa de instalações navais, portos, arquipélagos e ilhas presentes nas águas jurisdicionais; Prontidão para defesa das vias marítimas de comércio; E a capacitação da Força para participar de Operações de Paz á nível internacional (BRASIL, 2008; 2012b).

No que tange às tarefas estratégicas, são descritas, por ordem hierárquica: a negação do uso do mar e projeção de poder e controle das áreas marítimas. De acordo com cada tarefa, são descritos os meios necessários para sua efetividade. É nesse momento que retoma-se à importância estratégica sobre os componentes submarino, de superfície e aéreo para a o objetivo prioritário da Estratégia de Segurança Marítima do país (dissuasão) e delimita-se a Doutrina de Desenvolvimento desigual e conjunto (Ibdem).

Em relação à tarefa de negação do uso do mar, a END coloca como primordial a necessidade do componente submarino para a defesa contra potenciais inimigos à nação brasileira. Esse componente abarca o desenvolvimento e utilização de submarinos convencionais e de propulsão nuclear. Para tanto, recomenda-se o incremento dos investimentos e das parcerias para o Brasil angariar a capacidade de fabricação e projetá-los em seus objetivos estratégicos, como também o domínio do aspecto cibernético dos seus sistemas e das armas empregadas nesses submarinos (BRASIL, 2012b).

Já em relação às tarefas de projeção de poder e controle das águas realizadas pela Marinha, além da necessidade de Fuzileiros navais em pronto emprego, a END determina como essencial para a defesa das instalações e ilhas nas águas jurisdicionais brasileira como também para a participação em missões de paz, a construção de componentes navais aéreos e de superfície de forma robusta e flexível. Tal Força naval deverá ser constituída de navios de superfície de grande e pequeno porte com propósitos múltiplos, para

---

<sup>28</sup> A Doutrina de Desenvolvimento desigual e conjunto refere-se à reconstrução, por meio de etapas, da Força Marítima de forma a unir o componente de superfície, submarino e o aeroespacial (BRASIL, 2012b).

engajamento em conflito ou patrulha, como também de navios-aeródromos (porta-aviões) e aeronaves responsáveis pela patrulha do espaço aéreo no mar (Ibdem).

Para consecução das proposta de organização e articulação descritas acima, a END de 2012 determina como necessária a elaboração de um Programa de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB) a ser enviado para o Ministério da Defesa, para depois ser articulado ao Programa de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED). Nesse documento, deve contemplar as disposições da Marinha sobre o posicionamento das instalações militares e a quantidade necessária dos meios para realização das hipóteses de emprego da Força. Segundo a END, nesse documento também devem estar citados os planos da Marinha a curto, médio e longo prazo, de forma a realizar de maneira satisfatória as tarefas estratégicas e priorizando a produção e autonomia nacional na área de equipamentos (BRASIL, 2012b).

O Plano de Articulação e Equipamentos da Marinha do Brasil abrange sete projetos prioritários são eles: A Recuperação da Capacidade Operacional; Programa Nuclear da Marinha (PNM); Construção do Núcleo do Poder Naval; O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz); Segurança da Navegação; O Complexo Naval da 2ª Esquadra e a 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra (2º FEE); e o de Pessoal (BRASIL, 2012c).

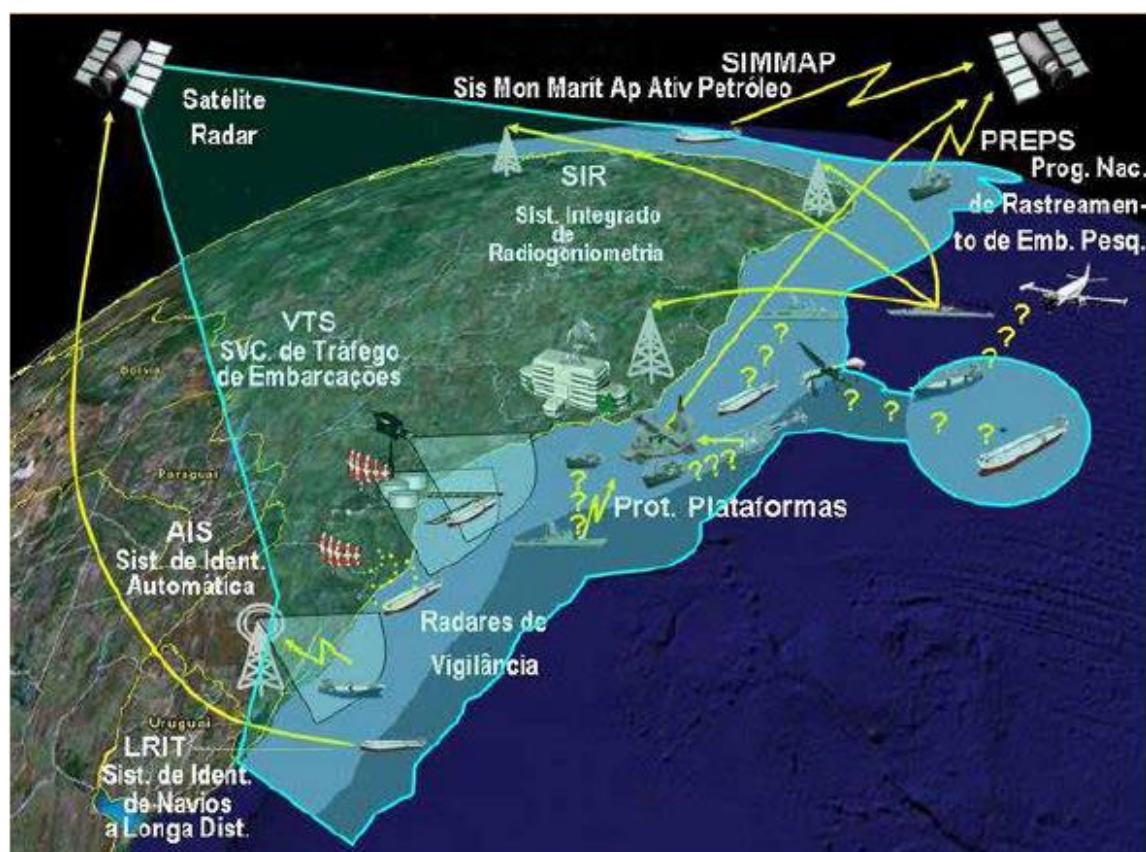
O projeto de revitalização da capacidade operacional relaciona-se com o incremento e modernização dos meios logísticos (inclusive de armamentos) e de pessoal para manutenção operativa da Força. Já o Programa Nuclear da Marinha prevê o avanço tecnológico na área nuclear e o desenvolvimento de combustível necessário para o reator do primeiro Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro (SNBR), projeto esse intimamente ligado com o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). (Ibdem).

Na área de equipamentos, o projeto de construção do núcleo do Poder Naval, prevê a modernização da Marinha e "a substituição gradual das plataformas de combate navais, aeronavais e de fuzileiros navais, que têm prazo para ser desativadas em função do desgaste e do limite de resistência dos meios" (BRASIL, 2012c). No escopo desse projeto, estão: o desenvolvimento dos submarinos convencionais e de propulsão nuclear (PROSUB); Construção de navios de superfície oceânicos com a finalidade de escolta e patrulha (PROSUPER); A produção de mais 27 navios-patrulha; Programa de Obtenção de Navio Anfíbio (PROANF); Obtenção de Navios-aeródromos (PRONAE), com a possibilidade de produção conjunta com parceiros estrangeiros; E a criação do Batalhão de

Operações Ribeirinhas de fuzileiros navais, com a transformação até 2017 do Grupamento de Fuzileiros Navais em Belém (Ibdem).

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), talvez um dos projetos mais relevantes para demonstração da operacionalização do conceito de Amazônia Azul para a Estratégia Marítima brasileira, relaciona-se com o controle e monitoramento das águas jurisdicionais brasileiras (ver o esquema de gerenciamento na figura 9). Sua implementação completa está prevista para até 2024, e os benefícios previstos pelo projeto são: Segurança da Amazônia Azul; ampliação das operações interagências, como também maior eficácia nas operações de fiscalização, busca e salvamento; Criação de uma estrutura que possa ser de uso tanto militar como civil, como por exemplo na prevenção da poluição, serviço meteorológico, investigações científicas marinhas, barreira ao tráfico, e segurança do pré-sal (BRASIL, 2012c).

**Figura 9- Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)**



Fonte: "Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAZ)"(BRASIL, 2012c).

Em relação ao Complexo Naval da 2ª Esquadra, o PAEMB dá diretrizes para a proposta da END de intensificar a presença no Norte e Nordeste, especificamente na foz do



rio Amazonas. Essas propostas englobam fatores de infraestrutura e logística e têm previsão para serem finalizadas até 2031. No que tange à segurança da navegação, a proposta da Marinha é de intensificação da presença na Amazônia, Centro-Oeste e nas fronteiras. Essa presença tem como finalidade a vigilância das bacias fluviais, através do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA) e da construção de navios. Por fim, a área de pessoal relaciona-se com a ampliação do contingente relacionado ao ensino, saúde e assistência social necessárias para o efetivo aumento da Força Naval do país. O período previsto e o orçamento para os projetos são descritos na tabela a seguir (BRASIL, 2012c).

**Tabela 1- Previsão de conclusão dos projetos e valor global estimado**

Projetos	Período previsto*	Valor Global Estimado até 2031 (em R\$ milhões)
1. Recuperação da Capacidade Operacional	2009 — 2025	5.372,30
2. Programa Nuclear da Marinha (PNM)	1979 — 2031	4.199,00
3. Construção do Núcleo do Poder Naval	2009 — 2047	175.225,50
4. Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	2013 — 2024	12.095,60
5. Complexo Naval da 2ª Esquadra / 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra (2ª FFE)	2013 — 2031	9.141,50
6. Segurança da Navegação	2012 — 2031	632,80
7. Pessoal	2010 — 2031	5.015,60

Fonte: "Previsão de conclusão dos projetos e valor global estimado" (BRASIL, 2012c, p.196)

Em linhas gerais, a importância estratégica da Amazônia Azul é colocada em evidência através dos programas de vigilância, reaparelhamento e recuperação da capacidade operacional da Marinha. Mesmo com o fim da Guerra Fria, as forças armadas brasileiras continuaram com o propósito dissuasório e cooperativo que utilizavam como estratégia anteriormente. No contexto do conflito bipolar o reduzido investimento em forças armadas no país seguia as justificativas da tradição pacífica brasileira, o qual não envolvia-se em conflitos, a do contexto regional de baixa militarização, na qual as forças brasileiras não deviam destoar dos vizinhos e da tradição diplomática do Brasil, o que afastava a possibilidade de conflitos interestatais (MOURA, 2014).

O que modificou entre os dois contextos foi apenas a finalidade para essa dissuasão. Como observado na PND e na END, a dissuasão voltou-se para a preocupação com as águas jurisdicionais brasileira, com os recursos naturais nela presentes (principalmente os energéticos), as atividades pesqueiras e científicas no mar, as rotas de comércio internacional, com a presença de forças hostis nas fronteiras terrestres e pela utilização por forças inimigas do espaço aéreo nacional, daí extraídos os subsídios para a Doutrina de Desenvolvimento desigual e conjunto envolvendo a vertente submarina, de superfície e aérea (MOURA, 2014).

Além do interesse na capacidade de vigilância, defesa e incremento tecnológico brasileiro decorrente das propostas do PROSUB, PROSUPER e SisGAAz, a preocupação com os recursos materiais e imateriais na Amazônia Azul motivou a criação de outras propostas como: Participação da Petrobrás no Pré-Sal; A empresa Amazul; Os projetos Biomar; PROAREA; Protindade; e Proarquipélago (GUIMARÃES, 2015).

Com a descoberta da reserva do Pré-Sal, as preocupações com os direitos nas águas jurisdicionais e com o Atlântico Sul aumentaram. A exploração dessa reserva energética foi atribuída à revitalização da indústria naval através da Petrobrás. Nessa relação a Petrobrás ficou responsável pela demanda de plataformas, navios e tecnologias produzidas nacionalmente, o que além de apoiar a indústria nacional e gerar riquezas para o país, aumenta a oferta de empregos<sup>29</sup>. Também no setor industrial, foi criada em 2012 a Amazul, empresa estatal que auxilia o projeto do PROSUB através da construção de submarinos e outras embarcações (Ibdem).

Outra medida que acompanhou o aumento da preocupação com as águas jurisdicionais, foi o incremento da atividade científica na Amazônia Azul. Para pesquisa sobre os recursos marinhos, biológicos e minerais, pode ser citada a criação dos projetos de estudo da Biotecnologia Marinha(Biomar) e o projeto de Prosperação e Exploração de Recursos Minerais (PROAREA). Também no campo científico, foi criado o Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (Protrindade) e incrementado o Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (Proarquipélago). Esses últimos projetos, a cargo da Marinha, são responsáveis pelo estudo e desenvolvimento das ilhas brasileiras, além de garantirem a presença física de nacionais nas ilhas (Ibdem).

---

<sup>29</sup> Segundo Guimarães (2015), só em 2013, 71 mil novos postos de trabalho foram criados para suprir as necessidades da indústria naval.



## Conclusão

Como dito na introdução, o presente trabalho buscou analisar em profundidade a tradição geopolítica brasileira voltada para a vertente marítima e as medidas e meios pensados para a defesa das águas jurisdicionais brasileiras, fatores que conformam o conceito estratégico de Amazônia Azul. Para auxiliar na resposta da pergunta de pesquisa, o primeiro capítulo destinou-se a primeiro explicitar o que é Geopolítica e descrever o pensamento dos geopolíticos de maior destaque da primeira metade do século XX. Através do estudo aprofundado das principais obras de Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva, tem-se em linhas gerais que o pensamento de ambos, mesmo preocupando-se com o fator marítimo na política nacional, não incluem uma estratégia específica para as águas jurisdicionais brasileiras.

O pensamento geopolítico de Mário Travassos (1947) voltado para o mar, destinou-se a analisar a distribuição de poder no subcontinente sul-americano através do mar e das vias fluviais. O autor demonstra que tais fatores são determinantes para as comunicações e para a disputa por poder e maior influência na região para o Brasil (em contraste com a Argentina). Entretanto, o autor foca mais nas dinâmicas das bacias do Prata e Amazônica. Segundo Travassos, além da necessidade de incremento de uma política territorial, o Brasil deveria explorar as vias fluviais através do Prata a fim de neutralizar a influência da Argentina, e angariar mais influência no centro geopolítico do sub-continente (triângulo Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra-Sucre), região mais próxima à bacia Amazônica, para tornar-se a maior potência da América do Sul (TRAVASSOS, 1947).

Em relação ao pensamento geopolítico de Golbery do Couto e Silva voltado para a vertente marítima do Brasil, pode-se destacar a preocupação do autor com a fronteira marítima e o Atlântico Sul como um todo. Segundo Golbery, a extensa fronteira litorânea do Brasil seria um fator negativo para a defesa do país, uma vez que a nação estaria mais exposta à ações externas no litoral. Em relação ao Atlântico Sul, o autor descreve esse oceano como linha de defesa imediata para o Brasil. Através da teoria dos Hemiciclos, Golbery demonstra que, mesmo inserido no hemicíclo mais estável (interior), o Atlântico Sul estaria vulnerável à ações vindas do hemicíclo exterior através da África. Então, o autor recomenda um esquema de defesa com o alinhamento político e estratégico com os

Estados Unidos e incremento das relações com os países da costa ocidental da África e da América do Sul, afim de protegerem o oceano sul atlântico e o Ocidente (COUTO E SILVA, 1967).

O segundo capítulo ficou responsável pela descrição do pensamento geopolítico brasileiro sobre o mar no contexto da Guerra Fria, especificamente com os estudos de Meira Mattos e Therezinha de Castro nos anos 1970. Após a contextualização histórica dos anos 70, foi analisado o novo enfoque geopolítico para o Atlântico Sul de Meira Mattos. Segundo o autor o mar e a extensa fronteira litorânea brasileira são fatores positivos para o país. Em relação ao Atlântico Sul, o autor coloca como estratégico a manutenção da ponte entre o Atlântico e as massas afro-euro-asiáticas como uma vantagem para o Brasil nas linhas de comunicação global. Nessa estratégia, destaca também a costa ocidental africana como área de maior interesse para a defesa do Brasil, uma vez que é a mais próxima do litoral brasileiro. Em relação à fronteira litorânea e o Mar territorial brasileiro, o autor destaca a importância da delimitação desse para a segurança nacional e incremento do desenvolvimento do país. Esse desenvolvimento atrelaria a atividade tecnológica, parcerias com países sul-atlânticos e participação de operações na Antártica (MATTOS, 1975; 1977).

Para concluir o capítulo dois, foi analisado o pensamento marítimo de Therezinha de Castro. A geógrafa dedicou-se a analisar a geopolítica do Atlântico Sul e da Antártica atrelando o desenvolvimento marítimo ao desenvolvimento econômico. Segundo a autora, o domínio marítimo seria uma nova fonte de conflito devido à presença de recursos e posição estratégica para os países. Então, para ressaltar a necessidade da atuação do Brasil na defesa marítima, a autora cria a Teoria da Defrontação e a Tese da Triangulação Insular do Atlântico Sul. A primeira Teoria destina-se a justificar a reivindicação da parcela brasileira na Antártica (um dos trabalhos de maior destaque da autora, que anos depois viu ser efetivado na criação do Programa Antártico brasileiro), e a segunda tese justifica a importância estratégica das ilhas situadas no sul do Atlântico (CASTRO, 1999).

O capítulo três destinou-se à análise da segunda parte da proposta inicial do trabalho, a de descrição do conceito estratégico de Amazônia Azul. Após situar as mudanças ocorridas após a Guerra Fria e sua influência para as dinâmicas geopolíticas no Atlântico Sul, demonstrou-se através dos planos e metas da Marinha e Ministério da Defesa o que é Amazônia Azul e o que foi pensado para a defesa do mesmo.

Como dito anteriormente, a Amazônia Azul compreende o espaço reservado às águas jurisdicionais brasileiras, e obteve destaque na política marítima e de defesa do país a partir de 2004. Ao longo da década seguinte os projetos e planos da Marinha destacaram a importância estratégica dessa área através da atividade prioritária de negação do uso do mar e nos planos de equipamento, articulação, vigilância como também nos projetos específicos para atividade científica e exploração comercial dos recursos naturais.

As principais atividades propostas que resumem a importância estratégica para essa área foram<sup>30</sup>: sistema de gerenciamento da Amazônia Azul, responsável pelo controle e monitoramento das águas jurisdicionais; incremento na capacidade de fiscalização, busca e salvamento; incentivo à atividade de pesquisa científica marinha; desenvolvimento tecnológico de aparatos para segurança estratégica da região (englobando os portos, ilhas e navios petroleiros) e auxílio nas atividades científicas; Segurança das rotas marítimas através da fiscalização e negação do uso do mar; e incentivo à exploração de recursos materiais e imateriais presentes nas águas jurisdicionais brasileiras (como a pesca e a exploração de minerais).

Tendo em vista esse quadro de medidas para a Amazônia Azul e as linhas de pensamento da Geopolítica marítima brasileira descritas acima, tem-se que a análise do conceito estratégico de Amazônia Azul apresenta-se em continuidade com o pensamento geopolítico brasileiro a partir dos anos 1970, especificamente com os estudos de Meira Mattos. Em ambos os casos, a fronteira litorânea e as águas jurisdicionais brasileiras são vistas como vantagens do Brasil a serem utilizadas para o desenvolvimento nacional. O novo enfoque de Meira Mattos (1977) para a geopolítica do Atlântico Sul prevê a relação entre segurança e desenvolvimento com a atenção para os recursos naturais, a defesa do mar e o incremento tecnológico nacional, fatores explicativos das decisões da Marinha para a Amazônia Azul. Mesmo com ações específicas que não foram pensadas anteriormente, o pensamento geopolítico de Meira Mattos intersecta a estratégia pensada para as águas jurisdicionais brasileiras, e constitui-se como um subsídio teórico para a mesma.

---

<sup>30</sup> Tais ações estão presentes nos documentos oficiais e planos descritos no capítulo três.

## Referências Bibliográficas

AFRICON. United States Africa Comand. **Our mission**. 2016. Disponível em: <<http://www.africom.mil/>>. Acesso em: 03/06/2016

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. "Atlântico Sul: As relações do Brasil com os países africanos no campo da Segurança e Defesa". In: **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**.v.2, n.4, Jul-Dez, 2013. P. 49-71

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1993.

ASSIS, Ana Carolina de Oliveira; CARVALHO, Yalle Catharinne V. de. "Golbery do Couto e Silva e a Geopolítica do Brasil: Convergências e Disparidades na Política Externa do país no Regime Militar". In: **Anais do II Encontro Estadual Da Associação De Estudos De Defesa**: João Pessoa, v. 1. 2015. P.1-20. Disponível em: <<https://abedpb2015.files.wordpress.com/2015/11/artigo-eeabed-golbery-e-polc3adtica-externa-revisado.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2016.

BAKKER, Mucio Piragibe Ribeiro de. "A Amazônia Azul : O Mar e seus Recursos e a Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar". In: **Revista Marítima Brasileira**. Serviço de Documentação Geral da Marinha - v. 134, n. 04/06, abr./jun. 2014. P. 9-28.

BECKER, Bertha. "Geografia da Amazônia". Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004. In: **Estudos Avançados**, 19 (53), 2005. P. 71-86

BRASIL. **Lei nº 8.617, de 4 de Janeiro de 1993**. Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 4 jan. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8617.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8617.htm)>. Acessado em: 26/05/2016.

\_\_\_\_\_. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, Ministério da Defesa, 2005.

\_\_\_\_\_. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, Ministério da Defesa, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, Ministério da Defesa, 2008.

\_\_\_\_\_. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, Ministério da Defesa, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, Ministério da Defesa, 2012c.

CAROLI, Luiz Henrique. "A Importância Estratégica do Mar para o Brasil no Século XXI". In: **Cadernos de Estudos Estratégicos**, nº 9, 2010. P. 117-157

CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica: Princípios, Meios e Fins**. Biblioteca do Exército Editora: Rio de Janeiro, 1999.

COELHO, Vinícius Corrêa. "O esboço de uma diplomacia militar brasileira durante o governo Lula: oportunidades para a indústria de defesa brasileira". In: **Anais do Encontro de Geografia - A Geografia e suas vertentes: Reflexões, Semana de Ciências Humanas**, IFF, 2010. P.269-277

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: EDUSP, 2008.

COSTA, Wanderley Messias da. "Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica e Estratégia". In: **Revista USP**, São Paulo, nº 95, 2012. P. 11-22.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

CROWL, Philip A. "Alfred Thayer Mahan: O historiador Naval". In: PARET, Peter (Org.) **Construtores da Estratégia Moderna – Tomo 1**, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001. P. 589-631

DIÉGUES, Fernando Manoel Fontes. "O Atlântico Sul na Perspectiva Brasileira de Segurança e Defesa". In: **Revista Marítima Brasileira**. Serviço de Documentação Geral da Marinha - v.130, n.07/09, jul./set. 2010. P. 23-32.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Turíbio. "O Atlântico Sul como cenário para integração entre a Política Externa e o Poder Militar brasileiro". In: **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais (RICRI)**, vº 2, nº3, 2014. P. 01-21.

GONÇALVES, Turíbio. CORBELINNI, Mariana. "A estratégia marítima brasileira contemporânea para o Atlântico Sul". In: **Estudos do CEPE**, nº 40, 2014. P. 249-277.

GONÇALVES, Williams da Siva; MIYAMOTO, Shiguenoli. "Os Militares na política externa brasileira: 1964-1984". In: **Rev.Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.6, n.12, 1993. P. 211-246.

GONZALEZ, Rodrigo Milindre. "Brasil e ZOPACAS: Projeção de Poder ou Cooperação Estratégica?". In: **Revista Relações Internacionais no Mundo Atual**, v.1, n. 19, 2014. P. 64-74.

GUERRA, Wilson Barbosa. "O Brasil e a Segurança do Atlântico Sul". **Seminário Internacional sobre O Futuro da Comunidade Transatlântica**, Instituto da Defesa Nacional, 2010. P. 67-76.

GUIMARÃES, Bruno Gomes. "A Política Brasileira para o Atlântico Sul: Uma Visão Paradigmática". **1º Seminário Internacional de Ciência Política: Estado e Democracia em mudança no século XXI**. UFRGC: Porto Alegre, Setembro de 2015. P. 1-26.

KRASNER, Stephen D. "Causas estruturais e consequências dos Regimes Internacionais: Regimes como variáveis intervenientes". **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v.20, n.42, jun. 2012. P.93-110. Traduzido do original por: Dalton Guimarães, Feliciano Guimarães e Gustavo Biscaia de Lacerda. Disponível em: <<http://www.cielo.br/pdf/rsocp/v20n42/8.pdf>>. Acesso em: 10/04/2016.

MARTINS, Carlos Estevam. "A evolução da Política Externa Brasileira na Década 64/74". In: **Estudos CEBRAP**, v.12, abr/jun, 1975. P. 64- 98. Disponível em: <[http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca\\_virtual/a\\_evolucao\\_da\\_politica\\_externa.pdf](http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/a_evolucao_da_politica_externa.pdf)>.

MATTOS, Carlos de Meira. **Projeção Mundial do Brasil**, São Paulo: Leal, 1959.

\_\_\_\_\_. **Brasil: Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975

\_\_\_\_\_. **A Geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica e Modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 2002.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira; SANTOS, Carlos Alexandre Geovanini dos. "África & Brasil: Parceria para o Desenvolvimento". **Seminário brasileiro de Estudos Estratégicos internacionais SEBREEI: Integração Regional e Cooperação Sul-Sul no Século XXI**. Porto Alegre, 2012. P. 35-46.

MOURA, José Augusto A. de. **A estratégia naval brasileira no Pós- Guerra Fria: uma análise comparativa com foco em submarinos**. Rio de Janeiro- FEMAR, 2014.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. "O Jogo do Poder na Faixa Atlântica do Entorno Estratégico Nacional e seus Reflexos para a Defesa e Projeção do Brasil". In: GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALEZ, Selma Lúcia de Moura; MELLO, Laerte Peotta de (orgs.). **Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil**. Brasília: IPEA : NEP, 2015. P. 185-232.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: Ed. EDUFBA, 2011.

PENNA FILHO, Pio. **Reflexões sobre o Brasil e os desafios do Atlântico Sul no início do século XXI**. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Brasília, 2013.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; BARBOSA, Luísa Calvete Portela. "O Atlântico Sul no contexto das relações Brasil-África". In: **Século XXI**, vol. 3, n. 1, 2012. P. 59-77.

PESCE, Eduardo Italo. "Além Da Amazônia Azul: Projeção Estratégica Do Brasil No Atlântico Sul". In: **Revista Marítima Brasileira**. Serviço de Documentação Geral da Marinha - v. 132, n. 01/03, jan./mar. 2012a. P. 86-95.

\_\_\_\_\_. "A Marinha Do Brasil No Contexto Estratégico Do Hemisfério Sul". In: **Revista Marítima Brasileira**. Serviço de Documentação Geral da Marinha - v. 132, n. 10/12, out./dez. 2012b. P. 115-132.

PIÑON, Charles Pacheco. "Hegemonia e Conflito no pós-Guerra Fria: A Construção do Inimigo e a Perpetuação da Guerra". In: **Revista Marítima Brasileira**. Serviço de Documentação Geral da Marinha - v. 133, n.07/09, jul./set. 2013. P. 169-173.

REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos. "Atlântico Sul e Amazônia Azul: Um desafio geopolítico para a sociedade brasileira?" In: **Revista Marítima brasileira**. Serviço de Documentação Geral da Marinha - v. 134, n. 04/06, abr./jun. 2014. P. 29-45.

RIBEIRO, Emílio Vanderlei. **Perspectiva tridimensional do Brasil para o Atlântico Sul**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2012.

SILVA, Antônio Ruy de Almeida. "O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa". In: IPEA. **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico**. Rio de Janeiro: IPEA. 2014. P. 199- 213.

TRAVASSOS, Mário. **Aspectos geográficos sul-americanos (ensaio)**. Imprensa Militar – Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1933.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1947.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. 1ªed. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1998.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: De Vargas a Lula**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.